

TEORIA DA RELEVÂNCIA^[**]

Deirdre Wilson^{***}

Dan Sperber^{****}

Resumo: A afirmação central da Teoria da Relevância é a de que expectativas de relevância são precisas e previsíveis o suficiente para guiar o ouvinte na direção do significado do falante. Nesse artigo, o objetivo é explicar em termos cognitivamente realísticos a que equivalem essas expectativas e como elas podem contribuir para uma abordagem empiricamente plausível da compreensão. Para tal propósito, delineiam-se as principais suposições da versão atual da teoria e discutem-se algumas de suas implicações.

Palavras-chave: pragmática; comunicação; cognição; teoria da relevância.

1 INTRODUÇÃO

A Teoria da Relevância pode ser vista como uma tentativa de resolver em detalhe uma das afirmações centrais de Grice: a de que uma característica essencial da maior parte da comunicação humana, verbal e não verbal, é a expressão e o reconhecimento de intenções (GRICE, 1989: ensaios 1-7, 14, 18; epílogo retrospectivo). Ao elaborar essa afirmação, Grice lançou os fundamentos para um modelo inferencial de comunicação, uma alternativa para o modelo de código clássico. De acordo com o modelo de código, um comunicador codifica a mensagem pretendida dentro de um sinal, que é decodificado pela audiência por meio de uma cópia idêntica do código. De acordo com um modelo inferencial, um comunicador fornece evidência de sua intenção de comunicar um certo significado, que é inferido pela audiência com base na evidência fornecida. Um enunciado é, naturalmente, uma peça de evidência codificada lingüisticamente, de modo que a compreensão verbal

* Texto publicado originalmente em inglês em: HORN, L.; WARD, G. (Eds.). *The handbook of Pragmatics*. London: Blackwell, 2004, p. 607-632. A expressão “este volume” nas notas de rodapé remete a essa referência. Tradução de Fábio José Rauen e Jane Rita Caetano da Silveira.

[**] Nós somos gratos a Larry Horn e Gregory Ward pelos valiosos comentários e sugestões, e aos muitos amigos, colegas e estudantes cujas proposições e críticas positivas têm contribuído para o desenvolvimento da Teoria.

*** Professora do University College, de Londres. Doutora em Lingüística.

**** Professor do Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS, de Paris. Doutor em Ciências Sociais.

envolve um elemento de decodificação. Todavia, o significado linguístico decodificado é somente um dos *inputs* para um processo de inferência não-demonstrativo que produz uma interpretação do significado do falante.¹

O objetivo da pragmática inferencial é explicar como um ouvinte infere o significado do falante com base na evidência fornecida. A abordagem teórica da relevância é baseada em outra das afirmações centrais de Grice: a de que os enunciados criam automaticamente expectativas que guiam o ouvinte na direção do significado do falante. Grice descreveu essas expectativas em termos de um Princípio de Cooperação e máximas de Qualidade (veracidade), Quantidade (informatividade), Relação (relevância) e Modo (clareza), as quais se espera que os falantes observem (GRICE, 1961; 1989, p. 368-372): a interpretação que um ouvinte racional escolheria é aquela que melhor satisfaz essas expectativas. Porém, questionamos muitos outros aspectos de sua perspectiva, incluindo: a necessidade de um Princípio de Cooperação e máximas; a ênfase nos processos pragmáticos que contribuem para as implicaturas antes que para o conteúdo explícito e condicionado à verdade; o papel da violação deliberada das máximas na interpretação de enunciados; e o tratamento de enunciados figurados como desvios da máxima ou convenção de veracidade.² A afirmação central da Teoria da Relevância é a de que expectativas de relevância geradas por um enunciado são precisas e previsíveis o suficiente para guiar o ouvinte na direção do significado do falante. O objetivo é explicar em termos cognitivamente realísticos a que essas expectativas equivalem e como elas podem contribuir para uma abordagem empiricamente plausível de compreensão. A teoria desenvolveu-se em muitos estágios. Uma versão mais detalhada foi publicada em *Relevance: communication and cognition* (SPERBER e WILSON, 1986a, 1987a, 1987b) e atualizada em Sperber e Wilson (1995, 1998a, 2002) e Wilson e Sperber (2002). Aqui, delinearemos as principais suposições da versão atual da teoria e discutiremos algumas de suas implicações para a Pragmática.

¹ Sobre a distinção entre decodificação e inferencial, veja-se Sperber e Wilson (1986a), §1.1-5, capítulo 2. Sobre a relação entre decodificação e inferência na compreensão, veja-se Blakemore (1987, este volume); Wilson e Sperber (1993); Wilson (1998); Carston (1998, 1999, no prelo); Origg e Sperber (2000); Wharton (2001, no prelo); Breheny (2002); Recanati (2002a). Sobre o papel de processos de inferência demonstrativa e não demonstrativa na compreensão, veja-se Sperber e Wilson (1986a): §2.1-7; Sperber e Wilson (2002); Recanati (2002a); Carston (2002, no prelo).

² Para argumentos anteriores contra esses aspectos do quadro de Grice, veja-se Sperber e Wilson (1981); Wilson e Sperber (1981). Para discussão e referências adicionais, veja-se abaixo.

2 RELEVÂNCIA E COGNIÇÃO

Que tipos de coisas podem ser relevantes? Intuitivamente, relevância é uma propriedade potencial não somente de enunciados e outros fenômenos observáveis, mas de pensamentos, memórias e conclusões de inferências. Nos termos da Teoria da Relevância, qualquer estímulo externo ou representação interna que fornece um *input* para processos cognitivos pode ser relevante para um indivíduo em algum momento. De acordo com a Teoria da Relevância, enunciados geram expectativas de relevância não porque falantes obedecem a um princípio de cooperação ou a alguma outra convenção comunicativa, mas porque a busca pela relevância é uma característica básica da cognição humana, que comunicadores podem explorar. Nesta seção, introduziremos a noção básica de relevância e o Princípio Cognitivo de Relevância, que fundamentam a perspectiva teórica de relevância para a Pragmática.

Quando um *input* é relevante? Intuitivamente, um *input* (uma visão, um som, um enunciado, uma memória) é relevante para um indivíduo quando ele se conecta com informação de *background* disponível, de modo a produzir conclusões que importam a esse indivíduo: ou melhor, para responder uma questão que ele tinha em mente, aumentar seu conhecimento em certo tópico, esclarecer uma dúvida, confirmar uma suspeita, ou corrigir uma impressão equivocada. Nos termos da Teoria da Relevância, um *input* é relevante para um indivíduo quando seu processamento, em um contexto de suposições disponíveis, produz um EFEITO COGNITIVO POSITIVO. Um efeito cognitivo positivo é uma diferença vantajosa na representação de mundo do indivíduo: uma conclusão verdadeira, por exemplo. Conclusões falsas não são coisas vantajosas; elas são efeitos cognitivos, mas não são efeitos positivos (SPERBER e WILSON, 1995, seções 3.1 e 3.2).³

O tipo mais importante de efeito cognitivo alcançado pelo processamento de um *input* em um contexto é uma IMPLICAÇÃO CONTEXTUAL, uma

³ A noção de um efeito cognitivo positivo é necessária para distinguir entre informação que meramente parece relevante e informação que realmente é relevante ao indivíduo. Nós estamos todos conscientes de que algumas de nossas crenças podem ser falsas (mesmo que não possamos dizer que elas sejam), e preferiríamos não desperdiçar nosso esforço projetando falsas conclusões. Um sistema cognitivo eficiente é aquele que tende a destacar *inputs* genuinamente relevantes, gerando conclusões genuinamente verdadeiras. Para discussão, veja-se Sperber e Wilson, 1995, seções 3.1 e 3.2.

conclusão dedutível em conjunto do *input* e do contexto, mas não do *input* nem do contexto isolados. Por exemplo, ao ver meu trem chegando, eu poderia olhar para meu relógio, acessar meu conhecimento sobre programação de horários de trens, e derivar a implicação contextual de que meu trem está atrasado (que pode ela mesma alcançar relevância ao se combinar com outras suposições contextuais para produzir implicações posteriores). Outros tipos de efeito cognitivo incluem o fortalecimento, a revisão ou o abandono de suposições disponíveis. Por exemplo, a visão de meu trem chegando atrasado poderia confirmar minha impressão de que o serviço de trens está piorando ou alterar meus planos de fazer alguma compra a caminho do trabalho. De acordo com Teoria da Relevância, um *input* é RELEVANTE para um indivíduo quando, e somente quando, seu processamento produz tais efeitos cognitivos positivos.⁴

Intuitivamente, relevância não é uma questão de tudo ou nada, mas uma questão de graus. Há abundância de *inputs* potenciais que teriam ao menos alguma relevância para nós, porém nós não podemos prestar atenção a todos eles. A Teoria da Relevância afirma que o que faz um *input* merecer ser reconhecido dentre uma massa de estímulos competidores não é somente que ele seja relevante, mas que ele seja mais relevante do que algum *input* alternativo disponível para nós ao mesmo tempo. Intuitivamente, em contextos idênticos, quanto maior o valor das conclusões alcançadas pelo processamento de um *input*, mais relevante ele será. Nos termos teóricos da Teoria da Relevância, em contextos idênticos, quanto maiores forem os efeitos cognitivos positivos alcançados pelo processamento de um *input*, maior será a relevância. Desse modo, a visão de meu trem chegando um minuto atrasado pode fazer pouca diferença de valor para minha representação de mundo, enquanto a visão dele chegando meia hora atrasado pode levar a uma radical reorganização de meu dia, e a relevância desses dois *inputs* varia em função disso.

O que faz um estímulo merecer atenção não é somente os efeitos cognitivos que ele alcança. Em diferentes circunstâncias, o mesmo estímulo pode ser mais ou menos saliente, a mesma suposição contextual mais ou menos

⁴ A noção de um efeito cognitivo (ou efeito contextual) foi revisada várias vezes. Para perspectivas anteriores, vejam-se Wilson e Sperber (1981, 1986b). Para as definições-padrão, vejam-se Sperber e Wilson (1986a: seção 2.7, especialmente a nota de rodapé 26). Sobre as inferências dedutivas envolvidas, vejam-se Politzer (1990); Sperber e Wilson (1990a). Pode haver outros tipos de efeito cognitivo positivo (melhorias de memória ou imaginação, por exemplo (cf. WILSON e SPERBER, 2002)).

acessível e um mesmo efeito cognitivo mais fácil ou mais difícil de derivar. Intuitivamente, quanto maior for o esforço requerido de percepção, de memória e de inferência, menor será a recompensa pelo processamento do *input* e, por isso, um menor merecimento de atenção. Nos termos teóricos da Teoria da Relevância, em contextos idênticos, quanto maior o ESFORÇO DE PROCESSAMENTO requerido, menos relevante será o *input*. Assim, RELEVÂNCIA pode ser calculada em termos de efeitos cognitivos e esforços de processamento:

(1) Relevância de um *input* para um indivíduo

- a. Em contextos idênticos, quanto maiores forem os efeitos cognitivos positivos alcançados pelo processamento de um *input*, maior será a relevância do *input* para o indivíduo nessa situação.
- b. Em contextos idênticos, quanto maior for o esforço de processamento despendido, menor será a relevância do *input* para um indivíduo nessa situação.

Veja-se, aqui, uma ilustração breve e artificial de como a relevância de *inputs* alternativos poderia ser comparada. Mary, que não gosta da maioria das carnes e é alérgica à galinha, ronda seu anfitrião para descobrir o que está no cardápio. Ele poderia lhe dizer verdadeiramente qualquer uma de três coisas:

(2) Estamos servindo carne.

(3) Estamos servindo galinha.

(4) Ou estamos servindo galinha ou ($7^2 - 3$) não são 46.

Conforme a caracterização da relevância em (1), todos os três enunciados poderiam ser relevantes para Mary, porém (3) seria mais relevante do que (2) ou (4). Ele seria mais relevante do que (2) em função dos efeitos cognitivos: (3) acarreta (2) e, conseqüentemente, produz todas as conclusões deriváveis de (2), e outras adicionalmente. Seria mais relevante do que (4) em função do esforço de processamento: embora (3) e (4) sejam logicamente equivalentes e, conseqüentemente, produzam exatamente os mesmos efeitos cognitivos, esses efeitos são mais fáceis de derivar a partir de (3) do que a partir de (4), que requer um esforço adicional de parcelamento e inferência (a fim de resolver se o segundo disjuncto é falso e o primeiro é, conseqüentemente, verdadeiro). Assim, (3) seria o enunciado mais relevante

para Mary, por razões de esforço e efeito. De modo geral, quando quantidades semelhantes de esforço são requeridas, o fator efeito é decisivo na determinação de graus de relevância, e quando quantidades semelhantes de efeito são alcançadas, o fator esforço é decisivo.

Essa caracterização da relevância é antes comparativa que quantitativa: ela permite claras comparações em alguns casos, mas não em todos (por exemplo, (2)-(4)). Enquanto noções quantitativas de relevância poderiam ser interessantes de um ponto de vista formal,⁵ a noção comparativa fornece um ponto de partida melhor para a construção de uma teoria psicologicamente plausível. Em primeiro lugar, é altamente implausível que indivíduos tenham de computar valores numéricos de esforço e efeito quando acessam relevância “de dentro”. Tais computações seriam elas mesmas geradoras de esforço e diminuiriam a relevância. Além disso, mesmo quando os indivíduos são claramente capazes de computar valores numéricos (para peso ou distância, por exemplo), eles geralmente têm acesso a métodos mais intuitivos que são antes comparativos que quantitativos, e que são em algum sentido mais básicos. Em segundo lugar, quando alguns aspectos dos processos cognitivos podem ser mensurados “de fora” (por exemplo, tempo de processamento) e outros podem ser mensurados, em princípio (por exemplo, número de implicações contextuais), é bem possível que outros não sejam mensuráveis (por exemplo, força das implicações, nível de atenção). Como destacado em *Relevance* (p. 124-132), parece preferível tratar esforço e efeito como dimensões não representacionais dos processos mentais: eles existem e desempenham um papel na cognição sejam ou não mentalmente representados; e quando são mentalmente representados, isso ocorre na forma de julgamentos comparativos intuitivos em vez de julgamentos numéricos absolutos. O mesmo é verdadeiro sobre relevância, que é uma função de esforço e efeito.^{6, 7}

⁵ Para algumas sugestões sobre como isso poderia ser feito, veja-se Sperber e Wilson (1986a, p. 124-32). Noções formais de relevância estão sendo exploradas por: Merin (1997); Blutner (1998) (que também traz idéias de HORN, 1984, 1992; LEVINSON, 1987, 2000; HOBBS et al., 1993; e SPERBER e WILSON); van Rooy (1999, 2001). Para algumas noções alternativas de relevância, vejam-se referências em Wilson e Sperber (1986b); Wilson (1999).

⁶ Sobre a distinção entre conceitos comparativos e quantitativos, vejam-se: Carnap (1950), Sperber e Wilson (1986a, p. 79-81, p. 124-132). Sobre fatores que afetam acessos de relevância comparativos e quantitativos, vejam-se Sperber e Wilson (1986a, seções 3.2 e 3.6); Sperber e Wilson (1996).

⁷ Sugere-se, às vezes, que a falta de uma noção quantitativa de relevância impede o teste da teoria. De fato, há agora uma literatura experimental considerável sobre a teoria da relevância e muitos procedimentos para testar e manipular esforço, efeito e relevância (para discussão, veja-se a nota de rodapé 5 e a seção 6, a seguir).

Dada a caracterização de relevância em (1), objetivando maximizar a relevância dos *inputs*, processá-los é simplesmente uma questão de fazer o uso mais eficiente dos recursos de processamento disponíveis. Sem dúvida, isso é algo que todos nós gostaríamos de fazer, dada uma escolha. A Teoria da Relevância afirma que os seres humanos têm uma tendência automática para maximizar a relevância, não porque seja uma questão de escolha – nós raramente o fazemos – mas em razão da forma como nossos sistemas cognitivos se desenvolveram. Como resultado de constantes pressões de seleção na direção do aumento de eficiência, o sistema cognitivo humano desenvolveu-se de tal forma que nossos mecanismos perceptuais tendem automaticamente a escolher estímulos potencialmente relevantes; nossos mecanismos de recuperação de memória tendem automaticamente a ativar suposições potencialmente relevantes; e nossos mecanismos inferenciais tendem espontaneamente a processá-los em um modo mais produtivo. Assim, enquanto todos nós provavelmente notaríamos o som de um copo se quebrando em nossa vizinhança, nós provavelmente prestaríamos mais atenção, e processaríamos o fato mais profundamente, quando nossa memória e mecanismos de inferência identificassem-no como o som de nosso copo se quebrando, e computaríamos as conseqüências que mais valessem a pena para nós. Esta tendência universal é descrita no Primeiro Princípio de Relevância, ou Princípio Cognitivo (SPERBER e WILSON, 1995, seções 3.1 e 3.2):

(5) Princípio Cognitivo de Relevância

A cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância.

É contra este *background* cognitivo que a comunicação inferencial ocorre.

3 RELEVÂNCIA E COMUNICAÇÃO

A tendência universal para maximizar a relevância torna possível (em alguma medida) predizer e manipular estados mentais dos outros. Conhecendo sua tendência para escolher os *inputs* mais relevantes e processá-los de modo a maximizar sua relevância, eu posso ser capaz de produzir um estímulo que

provavelmente atraia sua atenção, ative um apropriado conjunto de suposições contextuais e aponte na direção de uma conclusão pretendida. Por exemplo, eu posso deixar meu copo vazio em sua linha de visão, pretendendo que você o note e conclua que eu poderia querer outro drinque. Como Grice salientou, isso ainda não é um caso de comunicação inferencial, porque, embora eu tenha pretendido afetar seus pensamentos de certa forma, eu não dei a você evidência de que eu tinha esta intenção. Quando eu silenciosamente deixo meu copo em sua linha de visão, eu não estou me engajando em uma comunicação inferencial, mas explorando meramente sua tendência cognitiva natural de maximizar a relevância.

Comunicação Inferencial – o que a Teoria da Relevância chama de COMUNICAÇÃO OSTENSIVO-INFERENCIAL por razões que se em breve tornarão aparentes – envolve um nível adicional de intenção:

(6) Comunicação ostensivo-inferencial

a. Intenção informativa:

Intenção de informar algo a uma audiência.

b. Intenção comunicativa:

Intenção de informar uma intenção informativa a uma audiência.⁸

A compreensão é alcançada quando a intenção comunicativa é satisfeita – isto é, quando a audiência reconhece a intenção informativa. (Se a própria intenção informativa é satisfeita depende do quanto a audiência confia no comunicador. Há uma distância entre compreender e acreditar. Para a compreensão ser alcançada, a intenção informativa deve ser reconhecida, mas ela não tem de ser satisfeita).

Como o comunicador indica a uma audiência que ele está tentando comunicar dessa forma aberta e intencional? Em vez de deixar meu copo

⁸ Esta é a mais simples de duas caracterizações da comunicação ostensivo-inferencial em Sperber e Wilson (1986a, p. 29, 58, 61). A versão completa envolve as noções de manifestabilidade e de manifestabilidade mútua. Em particular, nós argumentamos que para a comunicação ser verdadeiramente aberta, a intenção comunicativa do comunicador deve tornar-se não somente manifesta à audiência (isto é, capaz de ser reconhecida e aceita como verdadeira, ou provavelmente verdadeira), mas mutuamente manifesta para comunicador e audiência. Sobre intenções comunicativas e informativas, veja-se Sperber e Wilson (1986a, seções de 1.9 a 1.12); sobre manifestabilidade mútua, vejam-se Garnham e Perner (1990); Sperber e Wilson (1990a).

secretamente em sua linha de visão, eu poderia: tocar seu braço e apontar para meu copo vazio, balançá-lo para você, colocá-lo ostensivamente em sua frente, olhar fixamente para ele, ou dizer: “Meu copo está vazio”. De modo mais geral, a comunicação ostensivo-inferencial envolve o uso de um ESTÍMULO OSTENSIVO, projetado para atrair a atenção de uma audiência e focá-la no significado do comunicador. A Teoria da Relevância afirma que o uso de um estímulo ostensivo pode criar expectativas de relevância precisas e previsíveis não geradas por outros *inputs*. Nesta seção, descreveremos essas expectativas e mostraremos como elas podem ajudar a identificar o significado do comunicador.

O fato de que os estímulos ostensivos criam expectativas de relevância decorre do Princípio Cognitivo de Relevância. Um estímulo ostensivo é projetado para atrair a atenção da audiência. Dada a tendência cognitiva para maximizar a relevância, a audiência somente prestará atenção para um *input* que pareça suficientemente relevante. Ao produzir um estímulo ostensivo, o comunicador encoraja sua audiência, conseqüentemente, a presumir que ele é relevante o suficiente para valer a pena processá-lo. Essa necessidade não é um caso de cooperação griceana. Mesmo um comunicador auto-interessado, enganador ou incompetente pretende manifestamente que sua audiência suponha que seu estímulo é relevante o suficiente para valer a pena processá-lo – por que mais ela prestaria atenção?⁹ Essa é a base para o Segundo Princípio de Relevância ou Princípio Comunicativo, que se aplica especificamente à comunicação ostensivo-inferencial:

(7) Princípio Comunicativo de Relevância

Todo estímulo ostensivo comunica a presunção de sua própria relevância ótima. O Princípio Comunicativo de Relevância e a noção de RELEVÂNCIA ÓTIMA (veja-se baixo) são a chave da teoria pragmática guiada pela relevância

O uso de um estímulo ostensivo, então, cria uma PRESUNÇÃO DE RELEVÂNCIA. A noção de relevância ótima é significativa para esclarecer o que a audiência de um ato de comunicação ostensiva tem direito de esperar em termos de esforço e efeito:

⁹ Para argumentos contra a visão de que a cooperação, no sentido de Grice é fundamental à comunicação, veja-se Wilson e Sperber (1981); Sperber e Wilson (1986a, p 161-162); Smith e Wilson (1992); Sperber (1994).

(8) Relevância ótima

Um estímulo ostensivo é otimamente relevante se, e somente se:

- a. é relevante o suficiente para merecer esforço de processamento da audiência;
- b. é o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador.

De acordo com a cláusula (a) da definição de relevância ótima, a audiência pode esperar que o estímulo ostensivo seja, ao menos, relevante o suficiente para merecer ser processado. Dado o argumento da seção 2, de que um estímulo é somente merecedor de processamento se ele é mais relevante do que algum *input* alternativo disponível no momento, isso não é uma afirmação trivial. Na verdade, para satisfazer a presunção de relevância, a audiência pode ter de extrair uma conclusão mais forte do que, caso contrário, teria sido garantido. Por exemplo, se acontece de você somente notar meu copo vazio, você pode ser levado a concluir que eu *poderia querer* um drinque. Se eu deliberadamente balanço o copo para você, seria justificado concluir que eu *gostaria* de um drinque.

De acordo com a cláusula (b) da definição de relevância ótima, a audiência de um estímulo ostensivo é levada a maiores expectativas. Um comunicador quer ser compreendido. É, conseqüentemente, de seu interesse – dentro dos limites de suas próprias capacidades e preferências – fazer com que seu estímulo ostensivo seja tão fácil quanto possível para a audiência compreendê-lo, e fornecer evidência não somente para efeitos cognitivos que ele objetiva alcançar, mas também para efeitos cognitivos posteriores que, por manter a atenção da audiência, ajudarão a alcançar sua meta. Por exemplo, o objetivo do comunicador poderia ser o de informar sua audiência que ele começou a escrever seu artigo. O meio mais efetivo para a obtenção dessa meta poderia ser oferecer informação mais específica e dizer: “Eu já escrevi um terço do artigo!”. Nessas circunstâncias, sua audiência poderia, então, razoavelmente, entender que ele somente escreveu um terço do artigo, porque se ele tivesse escrito mais, dada a cláusula (b) da definição de relevância ótima, teria dito isso.

Obviamente, comunicadores não são oniscientes, não se pode esperar que eles vão contra seus próprios interesses e preferências na produção de um enunciado. Poderia haver informação relevante que eles são incapazes de fornecer ou estão pouco dispostos a fazê-lo, e estímulos ostensivos que comunicariam suas intenções mais economicamente, mas que eles estão pouco dispostos a produzir, ou incapazes de pensar naquele momento. Tudo isso é levado em conta na cláusula (b) da definição de relevância ótima, que postula que um estímulo ostensivo é o mais relevante que um comunicador está DISPOSTO e CAPAZ de produzir (SPERBER e WILSON, 1995: seção 3.3 e p. 266-278).

Essa abordagem ilumina alguns casos onde um comunicador retém informação relevante, e que parece apresentar problemas para Grice. Suponha que eu faça uma questão a você e você permanece em silêncio. Silêncio, nessas circunstâncias, pode ou não ser um estímulo ostensivo. Quando não é, nós naturalmente o tomamos como indicando que o destinatário não foi capaz de ou não está disposto a responder. Se você está claramente disposto a responder, eu estou autorizado a concluir que você é incapaz; se você claramente é capaz de responder, eu sou autorizado a concluir que você não está disposto. Quando o silêncio é ostensivo, nós seríamos capazes, provavelmente, de analisá-lo como envolvendo meramente um nível extra de intenção e, por isso, como COMUNICANDO – OU IMPLICANDO – que o destinatário é incapaz de ou está indisposto a responder.¹⁰ No quadro teórico de Grice, por contraste, a indisposição de um comunicador cooperativo em fornecer alguma informação requerida é garantida, e os paralelismos entre silêncios ostensivos e não ostensivos são perdidos. Na abordagem de Grice, a violação da primeira máxima de Quantidade (“Faça sua contribuição tão informativa como requerida”) é invariavelmente atribuída à INABILIDADE do comunicador – antes que INDISPOSIÇÃO – em fornecer a informação requerida. Indisposição para fazer uma contribuição ‘tal como requerida’ é uma violação do Princípio de Cooperação, e a suspensão do Princípio de Cooperação torna impossível transmitir qualquer implicatura conversacional.¹¹

¹⁰ Sobre o uso de silêncios como um estímulo ostensivo, veja-se Morgan e Green (1987, p. 727); Sperber e Wilson (1987b, p. 746-747).

¹¹ A análise das implicaturas escalares é outro caso onde a perspectiva griceana perde a simetria entre indisposição e inabilidade para fornecer informação relevante. Para discussão, veja-se Sperber e Wilson (1995, p. 276-278); Green (1995); Matsumoto (1995); Carston (1995, 1998b); e seção 6 a seguir. Para trabalho experimental, veja-se Noveck (2001); Papafragou (2002).

Nós temos afirmado que, embora grande parte da comunicação seja cooperativa no sentido de que o comunicador está disposto a fornecer a informação requerida, a cooperação nesse sentido não é essencial para comunicação, como o é para Grice (para referências, veja-se a nota 9).

Esta perspectiva teórica da relevância para a cognição e a comunicação tem implicações práticas para a Pragmática. Como destacado acima, a compreensão verbal começa com a recuperação de um significado da sentença codificado lingüisticamente, que pode ser enriquecido contextualmente em uma variedade de formas para gerar o significado pleno do falante. Pode haver ambigüidades e ambivalências referenciais para resolver, elipses para interpretar, e outras indeterminâncias de conteúdo explícito para tratar.¹² Pode haver implicaturas para identificar, indeterminâncias ilocucionárias para resolver, metáforas e ironias para interpretar. Tudo isso requer um conjunto apropriado de suposições contextuais, que o ouvinte também deve suprir. O Princípio Comunicativo de Relevância e a definição de relevância ótima sugerem um procedimento prático para desempenhar essas subtarefas e construir uma hipótese sobre o significado do falante. O ouvinte deveria tomar um significado lingüístico decodificado; seguindo um percurso de menor esforço, ele o enriqueceria em um nível explícito e o complementaria em um nível implícito até uma interpretação resultante encontrar sua expectativa de relevância:

(9) Procedimento de compreensão à luz da relevância

- a. Siga um caminho de menor esforço no cômputo de efeitos cognitivos: teste hipóteses interpretativas (desambiguações, resolução de referências, implicaturas, etc.) em ordem de acessibilidade.
- b. Pare quando suas expectativas de relevância forem satisfeitas.

Dada a cláusula (b) da definição de relevância ótima, é razoável para o ouvinte seguir um caminho de menor esforço, porque é esperado do falante (dentro dos limites de suas habilidades e de suas preferências) que ele faça seu enunciado tão fácil quanto possível para ser compreendido. Desde que a relevância varia inversamente ao esforço, o próprio fato de que uma interpretação é facilmente acessível dá a ela um grau inicial de plausibilidade

¹² Para discussão e ilustração, vejam-se Carston (este volume). Sobre a noção de conteúdo explícito, veja-se a seção 4, a seguir.

(uma vantagem específica para a comunicação ostensiva). É também razoável para o ouvinte parar na primeira interpretação que satisfaça suas expectativas de relevância, porque nunca poderia haver mais do que uma. Um falante que quer que seu enunciado seja tão fácil quanto possível de ser compreendido o formularia (dentro dos limites de suas habilidades e de suas preferências) de modo que a primeira interpretação que satisfizesse as expectativas de relevância do ouvinte fosse aquela que ele havia pretendido comunicar.¹³ Um enunciado com duas interpretações competidoras aparentemente satisfatórias causaria a um ouvinte um esforço adicional desnecessário de escolha entre elas, e a interpretação resultante (se houvesse uma) não satisfaria a cláusula (b) da presunção de relevância ótima.¹⁴

Assim, quando um ouvinte segue o caminho de menor esforço, ele chega a uma interpretação que satisfaz suas expectativas de relevância que, na ausência de evidências contrárias, é a hipótese mais plausível sobre o significado do falante. Uma vez que a compreensão é um processo de inferência não-demonstrativo, essa hipótese bem pode ser falsa; porém, ela é a melhor que um ouvinte racional pode fazer.

4 RELEVÂNCIA E COMPREENSÃO

Em muitos casos não-verbais (por exemplo, apontar para um copo vazio, falhar em responder a uma pergunta), o uso de um estímulo ostensivo meramente adiciona uma camada extra de reconhecimento de intenção a uma camada básica de informação que a audiência poderia escolher de qualquer modo. Em outros casos (por exemplo, convidar alguém para um drinque

¹³ Note-se, incidentalmente, que as expectativas de relevância do ouvinte podem ser reajustadas no curso da compreensão. Por exemplo, pode-se rejeitar o esforço de encontrar alguma interpretação que seria muito grande. Como resultado, o ouvinte desacreditaria na presunção de relevância e terminaria o processo, com sua agora expectativa nula de relevância trivialmente satisfeita.

¹⁴ Algumas vezes é sugerido (por exemplo, por MORGAN e GREEN, 1987, p. 726-727) que trocadilhos e equívocos deliberados apresentam problema para essa abordagem. Nós os analisariamos como casos de comunicação em camadas, um fenômeno mais amplo que se ajusta diretamente com nossa abordagem. Como as falhas fornecem informação relevante em um nível podem ser usadas como um estímulo ostensivo a outro, a produção de um enunciado, que é aparentemente “não interpretável” em um nível, pode ser utilizado como estímulo ostensivo em outro (veja-se SPERBER e WILSON, 1987b, p. 751; TANAKA, 1992).

simulando o ato de beber), o comportamento do comunicador fornece evidência indireta para a conclusão pretendida e é somente a presunção de relevância transmitida pelo estímulo ostensivo que encoraja a audiência a despendar o esforço requerido para descobrir o significado do comunicador. Nesse caso, o conjunto de significados que pode ser transmitido de forma não-verbal é necessariamente limitado àqueles que o comunicador pode despertar em sua audiência ao atrair a atenção para características observáveis do ambiente (sejam preexistentes ou produzidos especificamente para esse propósito).

Na comunicação verbal, os falantes administram transmitir um conjunto muito amplo de significados, embora não haja uma camada de informação básica independentemente identificável para o ouvinte escolher. O que torna possível para o ouvinte reconhecer a intenção informativa do falante é que enunciados codificam formas lógicas (representações conceituais, mesmo que fragmentadas e incompletas) que o falante manifestadamente escolheu para fornecer como *input* ao processo de compreensão inferencial. Como resultado, a comunicação verbal pode alcançar um grau de explicitude não disponível na comunicação não-verbal (compare apontar em direção de uma mesa que contenha copos, cinzeiros, pratos, etc., ou dizer, “Meu copo está vazio”).

Embora a forma lógica decodificada de um enunciado é uma importante pista para a intenção do falante, agora é cada vez mais reconhecido que mesmo o conteúdo explícito pode ir muito além do que foi lingüisticamente codificado.¹⁵ Grice falou de seu Princípio de Cooperação e máximas principalmente em conexão com a recuperação de implicaturas, e ele parece ter pensado nelas como não desempenhando papel significativo no lado explícito. Suas poucas considerações sobre atribuição de referência e desambiguação – que ele classificou no lado explícito antes que no lado implícito – sugere que ele pensou nelas como determinadas pelo significado da sentença e fatores contextuais sozinhos, sem referência aos princípios pragmáticos ou às intenções dos

¹⁵ Por ‘conteúdo explicitamente comunicado’ (ou explicatura), nós entendemos uma proposição recuperada pela combinação de decodificação e inferência, que fornece uma premissa para a derivação de implicações contextuais e outros efeitos cognitivos (SPERBER e WILSON, 1986a, p. 176-193; CARSTON, 2002b, este volume). Apesar de muitas discordâncias terminológicas (vejam-se notas de rodapé 23 e 24), a existência de contribuições pragmáticas nesse nível é agora amplamente reconhecida (WILSON e SPERBER, 1981, 1998, 2002; KEMPSON; CORMACK, 1982; TRAVIS, 1985, 2001; SPERBER e WILSON, 1986a, seções 4.2 e 4.3; KEMPSON, 1986, 1996; BLAKEMORE, 1987; CARSTON, 1988, 2000, 2002a, 2002b; RECANATI, 1989, 2002a; NEALE, 1992; BACH, 1994a, 1994b, 1997; STANTON, 1994, 1997, este volume; BEZUIDENHOUT, 1997; LEVINSON, 2000; FODOR, 2001).

falantes,¹⁶ e muitos pragmaticistas o seguiram nisso. Houve, assim, uma tendência, mesmo em grande parte da bibliografia recente da pragmática, em tratar os processos “primários” envolvidos na recuperação de conteúdo explícito como significativamente diferentes – isto é, menos inferenciais ou menos diretamente dependentes das intenções do falante ou de princípios pragmáticos – dos processos “secundários” envolvidos na recuperação de implicaturas.¹⁷

A Teoria da Relevância trata a identificação do conteúdo explícito como igualmente inferencial e igualmente guiada pelo Princípio Comunicativo de Relevância, como a recuperação de implicaturas. O procedimento de compreensão *à luz da relevância* (“Siga o caminho de menor esforço no cômputo de efeitos cognitivos: teste hipóteses interpretativas em ordem de acessibilidade e pare quando suas expectativas de relevância são satisfeitas”) aplica-se da mesma maneira para resolver indeterminâncias lingüísticas em ambos os níveis: explícito e implícito. O objetivo do ouvinte é construir uma hipótese sobre o significado do falante que satisfaça a presunção de relevância transmitida pelo enunciado. Como destacado acima, esta tarefa global pode ser dividida em um número de subtarefas:

(10) Subtarefas no processo global de compreensão

- a. Construção de uma hipótese apropriada sobre o conteúdo explícito (EXPLICATURAS) por meio da decodificação, desambiguação, resolução de referência e outros processos de enriquecimento pragmáticos.
- b. Construção de uma hipótese apropriada sobre suposições contextuais pretendidas (PREMISSAS IMPLICADAS).
- c. Construção de uma hipótese apropriada sobre implicações contextuais pretendidas (CONCLUSÕES IMPLICADAS).

¹⁶ Em seu ‘Epílogo Retrospectivo’ e, ocasionalmente, noutras circunstâncias, Grice parece reconhecer a possibilidade de contribuições pragmáticas intencionais para o ‘conteúdo dicitivo’ (GRICE, 1989, p. 359-68). Veja-se, para discussão, Carston (2002b); Wharton (em preparação).

¹⁷ Sobre a distinção entre processos pragmáticos primários e secundários, veja-se Breheny (2002); Recanati (2002b); Carston (este volume); Sperber e Wilson (2002). Parte da literatura sobre implicatura conversacional generalizada e pragmática discursiva invoca tacitamente uma distinção similar (cf. HOBBS, 1985; LASCARIDES e ASHER, 1993; LASCARIDES, COPESTAKE e BRISCOE, 1996; LEVINSON, 2000). Veja-se também as notas de rodapé 23 e 24.

Essas subtarefas não deveriam ser vistas como sequencialmente ordenadas: o ouvinte não decodifica PRIMEIRO a forma lógica, ENTÃO constrói uma explicatura e seleciona um contexto apropriado, e ENTÃO deriva um conjunto de conclusões implicadas. Compreensão é um processo *on-line*, e hipóteses sobre explicaturas, premissas implicadas e conclusões implicadas são desenvolvidas em paralelo a partir de um *background* de expectativas que podem ser revisadas ou elaboradas à medida que o enunciado se desdobra.¹⁸ Em particular, o ouvinte pode trazer para o processo de compreensão não somente uma presunção geral de relevância, mas expectativas mais específicas sobre como o enunciado será relevante para ele (que efeitos cognitivos provavelmente alcançará), e estes podem contribuir, por meio de inferências retroativas, para a identificação de explicaturas e premissas implicadas.¹⁹ Assim, cada subtarefa em (10a-c) acima envolve um processo de inferência não-demonstrativa inserido dentro do processo global de construção de uma hipótese global sobre o significado do falante.

Para ilustrar, considere o diálogo em (11):

(11)a. *Peter*: John devolveu o dinheiro que ele devia a você?

b. *Mary*: Não. Ele esqueceu de ir ao banco.

Aqui, segue-se um esquema de como Peter poderia usar o procedimento de compreensão *à luz da relevância* para interpretar o enunciado de Mary, “Ele esqueceu de ir ao banco”: (12)

¹⁸ Veja-se Sperber e Wilson (1986a, seções 4.3-4.5, em especial as p. 204-208); Wilson e Sperber (2002).

¹⁹ As expectativas de relevância podem ser mais ou menos sofisticadas. Numa versão sem sofisticação, presumivelmente, aquela usada pela criança pequena, o que se espera é relevância ótima real. Numa versão mais sofisticada (usada pelos comunicadores adultos que estão conscientes de que o falante pode ter se enganado sobre o que é relevante para o ouvinte, ou ter agido de má fé e meramente ter pretendido ser relevante), o que é esperado pode ser meramente relevância ótima tentada ou pretendida. Comunicadores adultos podem, desse modo, esperar relevância ótima real por default. Aqui, nós ignoramos essas complexidades. Todavia, veja-se Sperber (1994), Wilson (2000) e seção 5, a seguir.

(a) Mary disse a Peter, “Ele _x esqueceu de ir ao BANCO ₁ / BANCO ₂ ”. [Ele _x = pronome não interpretado] [BANCO ₁ = estabelecimento financeiro] [BANCO ₂ = banco de rio]	<i>Encaixe da forma lógica decodificada (incompleta) do enunciado de Mary em uma descrição do comportamento ostensivo de Mary.</i>
(b) O enunciado de Mary será otimamente relevante para Peter.	<i>Expectativa gerada pelo reconhecimento do comportamento ostensivo de Mary e aceitação da presunção de relevância que ele comunica.</i>
(c) O enunciado de Mary alcançará relevância ao explicar por que John não pagou o dinheiro que devia a ela.	<i>Expectativa gerada por (b), junto com o fato de que tal explicação seria mais relevante para Peter nesse momento.</i>
(d) Esquecer de ir ao BANCO ₁ pode fazer com que não se possa devolver a alguém o que se deve.	<i>Primeira suposição que ocorre a Peter, a qual, junto com outras premissas apropriadas, poderia satisfazer a expectativa (c). Aceita como premissa implicada do enunciado de Mary.</i>
(e) John esqueceu de ir ao BANCO ₁ .	<i>Primeiro enriquecimento da forma lógica do enunciado de Mary que ocorre a Peter e que poderia combinar com (d) para levá-lo à satisfação de (c). Aceita como uma explicatura do enunciado de Mary.</i>
(f) John não pode devolver o dinheiro que devia a Mary porque ele esqueceu de ir ao BANCO ₁ .	<i>Inferido de (d) e (e), satisfazendo (c) e aceitado como uma conclusão implícita do enunciado de Mary.</i>
(g) John pode devolver o dinheiro que deve a Mary quando ele for ao BANCO ₁ .	<i>A partir de (f) mais o conhecimento de background, uma das muitas implicaturas fracas possíveis do enunciado de Mary que em conjunto com (f), satisfaz a expectativa (b).</i>

Peter supõe em (12b) que o enunciado de Mary, decodificado como em (12a), é otimamente relevante para ele. Uma vez que o que ele quer saber nesse ponto é por que John não devolveu o dinheiro que deve, ele supõe em (c), que o enunciado de Mary alcançará relevância ao responder essa questão. Na situação descrita, a forma lógica do enunciado fornece um acesso fácil à suposição contextual em (d) (a de que o esquecimento de ir ao BANCO₁ pode impedir alguém de devolver o que deve). Isso poderia ser usado como uma premissa implícita ao derivar uma explicação esperada do comportamento de John, enquanto o enunciado é interpretado do ponto de vista explícito (por meio da desambiguação e resolução de referência) como comunicando uma informação em (e) (a de que John esqueceu de ir ao BANCO₁). Ao combinar uma premissa implícita em (d) e uma premissa explícita em (e), Peter chega a uma conclusão implícita em (f), da qual decorrem, futuramente, implicaturas mais fracas, incluindo (g) e outras. A interpretação resultante satisfaz as expectativas de relevância de Peter. Assim, EXPLICATURAS e IMPLICATURAS (premissas e conclusões

implícitas) são derivadas por um processo de ajustamento paralelo mútuo, com hipóteses sobre ambas sendo consideradas em ordem de acessibilidade.²⁰

Esse esquema do processo de compreensão é consideravelmente super simplificado.²¹ Em particular, ele omite um conjunto de processos lexicais/pragmáticos que contribui de forma importante para a construção de explicaturas. Considere a palavra *banco* em (11b). Peter provavelmente a tomaria como denotando não somente um estabelecimento bancário, mas um tipo específico de estabelecimento bancário: aquele que trata com pessoas físicas e, em particular, com John. A não ser que isso se delimite desse modo, o conteúdo explícito do enunciado de Mary não garantirá a conclusão em (12f), que é necessária para satisfazer as expectativas relevância de Peter (É difícil de ver como o fato de que John tenha esquecido de ir ao *World Bank*, digamos, poderia explicar sua falha em devolver o dinheiro que ele devia). Similarmente, ele tomaria a sentença *ir ao banco* como significando não visitar o banco meramente, mas visitá-lo a fim de retirar dinheiro e de retirar dinheiro de uma forma regular (legalmente, ao invés de, digamos, roubar o banco). A menos que o conteúdo explícito seja restringido dessa forma, ele não garantirá a conclusão em (12f), que é necessária para satisfazer as expectativas de relevância de Peter.

Tais limitações estereotípicas foram analisadas muitas vezes como implicaturas conversacionais generalizadas ou interpretações *default*, deriváveis por meio de regras *default*.²² Apesar da riqueza e da sutileza de grande parte dessa literatura, a Teoria da Relevância toma uma abordagem diferente por duas razões principais. Primeiro, como destacado acima, ela trata

²⁰ Para propósitos de exposição, nós escolhemos um exemplo onde o conteúdo lingüístico do discurso e o enunciado precedente: ('Não') cria uma justa e precisa expectativa de relevância, permitindo que o processo de interpretação seja fortemente dirigido pelas expectativas de efeito. Numa resposta indireta como (ib), onde a forma lingüística do enunciado é compatível com duas linhas de interpretação diferentes, considerações de esforço e, em particular, de acessibilidade de suposições capazes de gerar as conclusões esperadas, desempenham um papel mais importante. Num discurso inicial como (ii), ou em uma situação de questionário, considerações de esforço estão desempenhando um papel na restrição de possíveis linhas de interpretação:

(i) a Peter: John devolveu o dinheiro que ele te devia?

b Mary: Ele esqueceu de ir ao banco.

(ii) Ele esqueceu de ir ao banco.

²¹ Nós usamos sentenças em inglês para representar suposições e esquemas de suposições que Peter entretém em diferentes estágios do processo de compreensão, que nós assumimos que ele não as representa em inglês, mas em algum sistema de representação conceptual ou linguagem do pensamento. Nós deixamos à parte questões semânticas como a análise do artigo definido e descrições definidas (por exemplo, o banco).

²² Vejam-se, por exemplo, Horn (1984, 1992); Levinson (1987, 2000); Hobbs et al. (1993); Lascarides, Copestake e Briscoe (1996); Lascarides e Copestake (1998); Blutner (1998, 2002).

a delimitação lexical como um processo de enriquecimento pragmático que contribui mais para as explicaturas do que para as implicaturas.²³ Como todo processo de enriquecimento, a delimitação é dirigida pela busca da relevância, que envolve a derivação de efeitos cognitivos e, em particular, de implicações contextuais. Por definição, uma implicação contextual deve decorrer logicamente da explicatura do enunciado e do contexto. Por vezes, como em (11b), um conteúdo explícito deve ser enriquecido contextualmente para garantir uma conclusão esperada. Em qualquer quadro onde conclusões implicadas são vistas como logicamente garantidas pelo conteúdo explícito, há boa razão para tratar a delimitação lexical do ponto de vista explícito antes que implícito.²⁴

Em segundo lugar, a restrição lexical é muito mais flexível e dependente de contexto do que permite a apelação à implicatura generalizada ou a interpretações *default*. Barsalou (1987, 1992) pesquisa um conjunto de evidência experimental que mostra que mesmo delimitações “estereotípicas” de termos como *pássaro*, *animal*, *mobília*, *comida*, etc. variam de acordo com situações, indivíduos e tempos e são fortemente afetadas pelo contexto discursivo e pelas considerações de relevância. Na visão de Barsalou, seus resultados são mais bem explicados, supondo-se que os itens lexicais dão acesso não a protótipos prontos (assinaláveis por regras *default*), mas a um vasto leque de informação enciclopédica que varia em acessibilidade, de ocasião a ocasião, com diferentes subconjuntos sendo selecionados *ad hoc* para

²³ Como destacado acima (nota de rodapé 15), há algum debate sobre como a distinção explícito/implícito deveria ser desenhada (vejam-se, por exemplo, HORN, 1992; SPERBER e WILSON 1986a, seções 4.1-4.4; WILSON e SPERBER, 1993; BACH, 1994a, 1994b, 1997; LEVINSON, 2000; CARSTON, 2002a, 2002b, este volume). A questão é parcialmente terminológica, mas torna-se substantiva quando combinada com a afirmação de que a comunicação explícita e implícita envolve processos pragmáticos distintos (como em grande parte da literatura sobre implicaturas generalizadas, cf. LEVINSON, 2000).

²⁴ Levinson (2000, p. 195-196) discute um número de possíveis critérios para distinguir explicaturas de implicaturas, fornece argumentos contra cada uma delas e conclui que a distinção não se justifica. Mas não há razão para explorar um critério para cada distinção. (Nós não esperamos dos defensores de uma distinção entre implicaturas generalizadas e particularizadas que eles forneçam um critério, embora nós esperássemos que se caracterizassem essas noções claramente e fossem fornecidas evidências que as suportassem). Nossa noção de explicatura é motivada, entre outras coisas, por testes encaixados que sugerem que certos processos pragmáticos contribuem para o conteúdo condicionado à verdade e outros não (WILSON e SPERBER, 1986a, p. 80; 2002). A alocação de material pragmaticamente inferido entre explicaturas e implicaturas é constrangida, por um lado, por nossas definições teóricas de explicatura e implicatura (SPERBER e WILSON 1986a, p. 182; CARSTON, 2002b, este volume) e, de outro, pelo fato de que conclusões implicadas devem ser garantidas pelo conteúdo explícito, junto com o contexto. Vejam-se Sperber e Wilson (1986a, seção 4.3); Sperber e Wilson (1998a); Carston (1995, 1998b, 2000, 2002b); Wilson e Sperber (1998, 2002). Para evidência experimental, vejam-se: Gibbs e Moise (1997); Matsui (1998, 2000); Nicolle e Clark (1999); Wilson e Matsui (2000); Noveck (2001); Papafragou (no prelo).

determinar a interpretação da palavra em ocasiões específicas. Nessa abordagem, *banco* em (11b) poderia ser compreendido como transmitindo não um conceito BANCO₁, codificado, mas um conceito BANCO*, com uma entrada enciclopédica mais restrita e uma denotação mais delimitada, construída *ad hoc* para essa situação particular.

De acordo com Barsalou, o processo de construção de conceitos *ad hoc* é afetado por um conjunto de fatores, incluindo contexto, acessibilidade de suposições enciclopédicas e considerações de relevância. Todavia, ele não faz proposta concreta sobre como esses conceitos poderiam ser derivados e, em particular, sobre como o processo de construção é acionado e quando pára. O procedimento de compreensão *guiado pela relevância* pode ser visto como uma hipótese concreta sobre como esse processo de interpretação lexical flexível e governado pela relevância poderia ocorrer. O ouvinte trata o conceito linguisticamente codificado (por exemplo, BANCO₁ em (11b)) como não mais do que uma pista para o significado do falante. Guiado por expectativas de relevância e usando suposições contextuais feitas acessíveis pelas entradas enciclopédicas do conceito linguisticamente codificado (por exemplo, que esquecer de ir ao banco onde se pega dinheiro nos torna incapazes de pagar o dinheiro que se deve) ele começa a derivar efeitos cognitivos. Quando ele tem efeitos suficientes para satisfazer suas expectativas de relevância, ele pára. Os resultados poderiam ser como os em (12) acima, exceto que a suposição contextual em (d), a explicatura em (e), e as implicaturas em (f) e (g) conteriam não um conceito codificado BANCO₁, mas um conceito *ad hoc* BANCO*, com uma denotação mais delimitada, que garantiria a derivação dos efeitos cognitivos esperados.

O efeito desse processo flexível de interpretação pode ser uma ampliação antes que uma delimitação do significado codificado (resultando em uma denotação mais ampla do que restrita). Essa é outra forma na qual os processos pragmáticos diferem de uma delimitação *default* ou estereotípica. Casos evidentes de ampliação incluem o uso genérico de nomes de marcas proeminentes (por exemplo, *Hoover*, *Xerox*, *Kleenex*) para denotar uma categoria que também contém itens das marcas proeminentes; outros bons exemplos são aproximações baseadas em termos bem definidos como *quadrado*, *indolor*, *silêncio*; mas o fenômeno é muito amplo. Considere *banco* em (11b). Dada a prática bancária comum, a palavra é, muitas vezes, usada vagamente para denotar uma categoria que contém não somente estabelecimentos bancários, mas também caixas

automáticos encontrados em supermercados ou estações. De fato, para satisfazer suas expectativas de relevância em (11b), Peter provavelmente tomaria esse caminho (isto é, para significar, rudemente, ‘banco-ou-caixa-automático’). (Se John regularmente pega seu dinheiro em um caixa automático, a afirmação de que ele esqueceu de ir ao BANCO₁ poderia ser, estritamente falando, falsa e, em qualquer caso, não explicaria adequadamente sua falha em devolver o dinheiro a Mary). Assim, *banco* em (11b) poderia ser compreendido como expressando não o conceito codificado BANCO₁, mas um conceito *ad hoc* BANCO**, com uma denotação mais ampla que divide com BANCO₁, um atributo enciclopédico saliente de ser um lugar ao qual alguém se dirige para obter dinheiro da conta de alguém. A interpretação de um enunciado comum como (11b) poderia, então, envolver ambos: uma ampliação e uma delimitação do significado codificado.

Usos vagos da linguagem apresentam um problema para o quadro teórico de Grice. Estritamente falando, rostos não são quadrados, salas não são geralmente silenciosas, e descrevê-los como tais violaria sua máxima de veracidade (“Não diga aquilo que você acredita ser falso”). Todavia, esses desvios de veracidade não caem dentro de alguma das categorias de violação de máximas reconhecidas por Grice (1989, p. 30). Eles não são violações encobertas, como as mentiras, projetadas para iludir o ouvinte e levá-lo a acreditar no que foi dito. Não são como brincadeiras ou faz-de-conta, que suspendem inteiramente a máxima. Dadas suas similaridades intuitivas com a metáfora e hipérbole, isso permitiria tentar analisá-los, como tropos, como violações abertas (zombarias), projetadas para acionar uma implicatura relacionada (neste caso, uma versão evasiva do que foi dito). O problema é que esses usos vagos geralmente não são percebidos como violações da máxima de veracidade. Enquanto nós todos podemos reconhecer, sob reflexão, que eles não são estritamente e literalmente verdadeiros, esses desvios de veracidade não são detectados no fluxo normal do discurso. O quadro teórico de Grice, assim, deixa-os inexplicados.²⁵

²⁵ Visto que a vaguidade lexical é amplamente conhecida como um dos fatores que governam a mudança, poderia ser argumentado que de um ponto de vista sincrônico, há casos simples de polissemia. Todavia, nós estamos interessados nos micro-processos pragmáticos que subjazem essas mudanças semânticas e nós abstraímos a questão se Hoover, ou quadrado ou silêncio adquiriu um sentido estável adicional. Note-se, que a variação nas interpretações de uma palavra como quadrado ou silêncio aplicada a objetos em diferentes circunstâncias é tão grande como fazer explicações puramente semânticas ou default parece ser impossível. (Para discussão, vejam-se SEARLE, 1979, 1980; HORN, 1984; LAKOFF, 1987; FRANKS e BRAISBY, 1990; SWEETSER, 1990; HOBBS et al., 1993; BACH, 1994a, 1994b, 1997; RECANATI, 1995; CARSTON, 1997, 1998b, 2002b, este volume; SPERBER e WILSON, 1998a; TRAUGOTT, 1998; WILSON, 1998; LASERSOHN, 1999; ASHER e LASCARIDES, 2001; PAPAFRAGOU, 2000; WILSON e SPERBER, 2002).

Usos vagos não são somente um problema para um quadro teórico com uma máxima de veracidade. Há questões sobre como a própria máxima é compreendida, e uma série de dificuldades com a análise de tropos como violações abertas (para discussão detalhada, veja-se WILSON e SPERBER, 2002). Note-se, também, que similaridades intuitivas entre vaguidade, metáfora e hipérbole não podem ser capturadas à medida que metáfora e hipérbole são vistas como violando abertamente a máxima de veracidade, enquanto usos vagos não são. Temos argumentado que a melhor solução é abandonar a máxima de veracidade e tratar quaisquer expectativas de veracidade surgidas na interpretação do enunciado não como resultado de uma máxima, norma ou convenção de veracidade independente, mas como subprodutos de uma expectativa mais básica de relevância. Nessa abordagem, vaguidade, metáfora e hipérbole não envolvem violação de qualquer máxima, 'são meramente rotas alternativas para obtenção da relevância ótima'. Se um enunciado é compreendido literal, vaga ou metaforicamente, isso dependerá do mútuo ajustamento do contexto, contexto e efeitos cognitivos de modo a satisfazer a expectativa geral de relevância.²⁶

Para ilustrar, considere o diálogo em (13):

(13)a. *Peter*: O que você acha do último romance de Martin?

b. *Mary*: Ele me faz dormir.

No quadro teórico de Grice, o enunciado de Mary em (13b) teria três interpretações distintas: como uma asserção literal, uma hipérbole ou uma metáfora.²⁷ Dessas, Peter testaria a interpretação literal primeiro e consideraria uma interpretação figurada somente se a interpretação literal flagrantemente violasse a máxima de veracidade. Contudo, existe agora um conjunto de evidência experimental sugerindo que interpretações literais não são necessariamente testadas e rejeitadas antes que interpretações figuradas sejam

²⁶ Para argumentos anteriores contra a máxima de veracidade, veja-se Wilson e Sperber (1981). Para uma crítica detalhada dos quadros baseados em máximas e convenções de veracidade, discussão de algumas abordagens sobre uso vago da linguagem e justificação de uma abordagem teórica alternativa baseada na relevância, veja-se Wilson e Sperber (2002). Para evidência experimental, vejam-se Matsui (1998, 2000); Wilson e Matsui (2000); van der Henst, Carles e Sperber (no prelo).

²⁷ Para Grice, metáfora e hipérbole envolvem tipos de processos interpretativos diferentes e podem até ser mutuamente exclusivas: veja-se Grice (1989, p. 34).

consideradas;²⁸ realmente, ao interpretar (13b), provavelmente, jamais ocorreria a Peter questionar se Mary literalmente dormiu.

A análise teórica da relevância leva em consideração esses pontos. Em primeiro lugar, não há sugestão de que o significado literal deva ser testado primeiro. Como em *banco* em (11b), o endereço conceitual codificado é meramente um ponto de acesso para um conjunto ordenado de suposições enciclopédicas que se espera que o ouvinte selecione na construção de uma interpretação global. Se a interpretação resultante é literal ou vaga, isso dependerá de que suposições ele seleciona. Ao processar (13b), espera-se de Peter que ele derive uma resposta para a questão: isto é, uma avaliação do livro. Nessas circunstâncias, a suposição mais saliente será a de que um livro que faz alguém dormir é provavelmente extremamente maçante e desinteressante. Tendo usado essa suposição para derivar uma resposta que satisfaça suas expectativas de relevância, ele pararia. Tal como ao interpretar *banco* em (11b), onde não ocorre a Peter questionar se John retira seu dinheiro de um banco ou de um caixa-automático, ao interpretar (13b), não ocorre a ele questionar se um livro literalmente faz Mary dormir, quase a faz dormir ou simplesmente a aborrece muito. Tal como o processo de ajuste mútuo em (11b) gera uma explicatura contendo o conceito *ad hoc* BANCO**, que sofre ampliação e restrição, o processo de ajuste mútuo para (13b) produziria uma explicatura contendo um conceito *ad hoc* FAZER DORMIR*, que denota não somente casos literais de fazer alguém dormir, mas também outros casos que compartilham com ele o atributo enciclopédico de ser algo extremamente maçante e desinteressante. Somente se tal interpretação vaga falhar em satisfazer suas expectativas de relevância, seria justificado a Peter explorar suposições contextuais posteriores, e buscar uma interpretação mais literal.²⁹

Geralmente, o conteúdo explícito de usos vagos em geral, e de metáforas em particular, exibe um certo grau de indeterminação. Compare, por exemplo, os resultados de usar a palavra: *quadrado*, literalmente, em uma declaração

²⁸ Veja-se, por exemplo, Gibbs (1994); Glucksberg (2001); Noveck, Bianco e Castry (2001). A visão de Glucksberg de que a interpretação da metáfora envolve a construção de uma categoria mais ampla do que aquela determinada pelo significado codificado ajusta-se bem com nossa perspectiva.

²⁹ Enquanto a afirmação de que metáfora é uma variedade de uso vago foi parte da teoria por algum tempo (veja-se, por exemplo, SPERBER e WILSON 1985-1986, 1986a, seção 4.7-8, 1990b), os detalhes dessa análise são mais recentes. Para discussão, veja-se Recanati (1995); Carston (1997, 2002b, este volume); Sperber e Wilson (1998a); Wilson e Sperber (2002).

de geometria, para transmitir o conceito QUADRADO, de usá-la vagamente na frase “uma face quadrada” para transmitir o conceito QUADRADO*, e usá-la metaforicamente na frase “a mente quadrada”, para transmitir o conceito QUADRADO**. Em Teoria da Relevância, essa indeterminação relativa das explicaturas é conectada pela força relativa das implicaturas.

Uma proposição pode ser mais ou menos fortemente implicada. Ela é FORTEMENTE IMPLICADA (ou é uma IMPLICATURA FORTE) se sua recuperação é essencial para se chegar a uma interpretação que satisfaça as expectativas de relevância do destinatário. Ela é FRACAMENTE IMPLICADA se sua recuperação ajuda na construção de certa interpretação, mas não é, em si, essencial, porque o enunciado sugere uma escala de implicaturas similares possíveis (SPERBER e WILSON, 1986a, seções 1.10-1.12 e 4.6). Por exemplo, (11b) implica fortemente (12f): *John foi incapaz de devolver o dinheiro que ele devia a Mary, porque ele se esqueceu de ir ao BANCO_r*, uma vez que, sem essa implicação,³⁰ (11b) não é uma resposta relevante para (11a). (11b) também encoraja a audiência a derivar uma implicatura posterior no sentido de (12g): *John pode devolver o dinheiro a Mary quando ele for a um banco*, porém aqui a audiência deve assumir alguma responsabilidade por chegar a essa conclusão antes que, digamos, a conclusão de que John DEVOLVERÁ o dinheiro a Mary quando ele for ao banco ou alguma outra conclusão similar.

Tipicamente, usos vagos e, particularmente, usos metafóricos, comunicam um conjunto de implicaturas fracas. Desse modo, “John tem uma mente quadrada” fracamente implica que John é algo como: rígido em seus pensamentos, não muda sua opinião facilmente, é um homem de princípios, e assim por diante. Nenhuma dessas implicaturas é individualmente requerida para o enunciado fazer sentido, mas, de outro modo, sem tais implicaturas, ele não vai fazer sentido em absoluto. Se a palavra *quadrado* é compreendida como expressando um conceito QUADRADO**, que se combina com a informação contextual para produzir essas implicações, então o próprio conceito QUADRADO** exibirá alguma indeterminação ou incerteza, e o enunciado como um todo exibirá uma fraqueza correspondente de explicatura. Usos vagos e metáforas exibem tipicamente tais incertezas, para as quais a Teoria da Relevância fornece uma abordagem original.

³⁰ Ou uma variante apropriada ampliada ou restringida.

A distinção entre implicaturas fortes e fracas lança luzes sobre a variedade de formas pelas quais os enunciados alcançam relevância. Alguns enunciados (por exemplo, instruções técnicas) alcançam relevância comunicando poucas implicaturas fortes. Outros alcançam relevância sugerindo fracamente um vasto conjunto de implicações possíveis, cada uma das quais é uma implicatura fraca. Isso é típico dos usos poéticos da linguagem, e tem sido discutido na Teoria da Relevância sob o título de EFEITO POÉTICO (SPERBER e WILSON, 1986a, seções 4.6-4.9; PILKINGTON, 2000).

No quadro teórico de Grice (e mesmo em todas as discussões retóricas e pragmáticas da ironia como uma figura de linguagem antes de Sperber e Wilson, 1981) o tratamento da ironia verbal emparelha-se de perto com o tratamento da metáfora e da hipérbole. Para Grice, a ironia, como a metáfora e a hipérbole, é uma clara violação da máxima de veracidade, diferindo da metáfora e da hipérbole somente no tipo de implicatura que ela transmite (metáfora implica uma símile baseada no que foi dito, hipérbole implica um enfraquecimento do que foi dito, e ironia implica o oposto do que foi dito). Teóricos da relevância têm argumentado não somente contra a análise da ironia de Grice, mas contra a suposição mais geral de que a metáfora, a hipérbole e a ironia deveriam ter tratamentos paralelos.

A perspectiva de Grice sobre a ironia como uma violação aberta da máxima de veracidade é uma variante da perspectiva retórica clássica, na qual um enunciado irônico é visto como dizendo literalmente alguma coisa e, figuradamente, significando o oposto. Há argumentos bem conhecidos contra essa perspectiva. Ela é descritivamente inadequada porque interpretações irônicas, citações e alusões não comunicam o oposto do que é dito literalmente. É teoricamente inadequada porque dizer o oposto do que algo significa é patentemente irracional; e nessa perspectiva é difícil de explicar por que a ironia é universal e aparece espontaneamente, sem ser pensada ou aprendida (SPERBER e WILSON 1981, 1998b; WILSON e SPERBER 1992).

Além disso, dada a análise da metáfora e da hipérbole guiada pela relevância como variedades de uso vago, o paralelismo entre metáfora, hipérbole e ironia não pode ser mantido. Enquanto é fácil ver como um falante objetivando relevância ótima poderia transmitir seu significado mais economicamente falando vagamente em vez de usar uma paráfrase literal enfadonha, é difícil de

ver como um falante racional poderia acreditar transmitir seu significado mais economicamente escolhendo uma palavra cujo significado é o oposto do que se pretendia transmitir (ou como o ouvinte, usando o procedimento de compreensão guiado pela relevância poderia compreendê-lo, se o falante fizesse isso). Alguma explicação alternativa da ironia deve ser encontrada.

De acordo com a explicação proposta pela Teoria da Relevância, a ironia verbal não envolve nenhuma maquinaria especial ou procedimentos que não os já necessários para abordar um uso básico da linguagem, o USO INTERPRETATIVO, e uma forma específica de uso interpretativo, o USO ECÓICO.³¹ Um enunciado pode ser interpretativamente usado para (meta)representar outro enunciado ou pensamento que se assemelha a ele em conteúdo. O tipo de uso interpretativo mais conhecido é a fala ou pensamento reportado. Um enunciado é ecóico quando ele alcança a maior parte de sua relevância ao expressar a atitude do falante para pontos de vista que ele tacitamente atribui a outrem. Para ilustrar, suponha-se que Peter e Mary estão saindo de uma festa e um dos seguintes diálogos ocorre:

(14) *Peter*: Foi uma festa fantástica.

(15) *Mary*: a. [alegremente] Fantástica.

b. [de forma incerta] Fantástica?

c. [desdenhosamente] Fantástica!

Em (15a), Mary ecoa o enunciado de Peter a fim de indicar que ela concorda com ele; em (15b), ela indica que está questionando a opinião dele; e, em (15c) ela indica que discorda dele. Uma interpretação resultante poderia ser como a de (16):

(16) a. ela acredita que eu estou certo em dizer/pensar que a festa foi fantástica.

b. ela está se questionando se eu estou certo em dizer/pensar que a festa foi fantástica.

c. ela acredita eu estou errado em dizer/pensar que a festa foi fantástica.

³¹ Sobre a noção do uso interpretativo, vejam-se Sperber e Wilson (1986a, seção 4.7); Blass (1990); Gutt (1991); Sperber (1997); Wilson (2000); Noh (2001); Papafragou (1998, 2000). Sobre a noção do uso ecóico, vejam-se Sperber e Wilson (1986a, seção 4.9); Blakemore (1994); Carston (1996, no prelo); Noh (1998); Wilson (2000).

Aqui, a proposição básica expressa pelos enunciados em (15) (*a festa foi fantástica*) é inserida numa descrição de um ato de fala apropriado de ordem superior ou de uma atitude proposicional, indicando, por um lado, que uma proposição básica está sendo usada para interpretar pontos de vista que Mary atribui a outrem e, por outro, a atitude de Mary sobre esses pontos de vista de terceiros. Para compreender Mary, Peter tem de reconhecer não somente a proposição básica expressa, mas também o fato de que ela está sendo usada atributivamente, e a atitude que Mary pretende comunicar.

As atitudes comunicadas por um enunciado ecóico podem ser muito ricas e variadas. O falante pode indicar que ele endossa ou se dissocia dos pontos de vista que ele ecoa: que está incerto, zangado, entretido, intrigado, cético, etc., ou alguma combinação disso. Na abordagem teórica da relevância, a ironia verbal envolve a expressão de uma atitude tacitamente dissociativa – enviesada, cética, amarga ou arremedada – em relação a um enunciado ou pensamento atribuído. Considere o enunciado de Mary em (15c) acima. É claramente irônico e ecóico. Nós afirmamos que ele é irônico porque é ecóico: ironia verbal consiste em ecoar um pensamento ou enunciado tacitamente atribuído com uma atitude tacitamente dissociativa.³²

Esta abordagem lança luz sobre alguns casos de ironia não trabalhados pelas perspectivas clássicas ou griceanas. Considere o enunciado de Mary “Ele esqueceu de ir ao banco” em (11b) acima. Há situações onde esse enunciado poderia ser ironicamente pretendido, mesmo pensando que ele não seja nem flagrantemente falso nem usado para transmitir o oposto do que se disse. Suponha que Peter e Mary saibam que John tem falhado repetidamente em devolver o dinheiro a Mary, com uma série de desculpas miseravelmente inadequadas. Desse modo, (11b) pode ser visto como um eco irônico no qual Mary tacitamente dissocia-se da última de uma série de desculpas. Assim, tudo que é necessário para tornar (11b) irônico é um cenário onde ele possa ser compreendido como um eco arremedado de um enunciado ou pensamento atribuído.³³

³² A abordagem teórica da relevância sobre a ironia foi primeiramente proposta em Sperber e Wilson (1981). Ela foi ampliada e desenvolvida em Sperber e Wilson (1986a, seções 4.7, 4.9); Sperber e Wilson (1990b, 1998b); Wilson e Sperber (1992); Curcó (1998). Para uma discussão crítica, veja-se Clark e Gerrig (1984); Kreuz e Glucksberg (1989); Gibbs e O'Brien (1992); Martin (1992); Kumon-Nakamura, Glucksberg e Brown (1995); e os artigos de Seto, Hamamoto e Yamanashi (in: CARSTON e UCHIDA (eds.), 1998). Para respostas, veja-se Sperber (1984); Sperber e Wilson (1998b).

³³ Essa abordagem foi testada experimentalmente. Veja-se Jorgensen, Miller e Sperber (1984); Happé (1993); Gibbs (1994); Kreuz e Glucksberg (1989); Gibbs e O'Brien 1992; Kumon-Nakamura, Glucksberg e Brown (1995); Langdon, Davies e Coltheart (2002).

Uma implicação dessa análise é que a ironia envolve uma ordem maior de habilidade meta-representacional do que a metáfora. Na abordagem teórica da relevância, como ilustrado em (16) acima, a interpretação de um enunciado ecóico, em geral, envolve a habilidade de reconhecer o que o falante está pensando, indiretamente, sobre um estado de coisas, mas sobre um pensamento ou enunciado que ele atribui a outrem. Essa implicação de nossa abordagem é confirmada por evidência experimental da literatura sobre autismo, desenvolvimento infantil e danos do hemisfério direito, que mostra que a compreensão da ironia correlaciona-se habilidades meta-representacionais de segunda ordem, enquanto a compreensão da metáfora requer somente habilidades de primeira ordem.³⁴ Isso se ajusta adequadamente com a abordagem teórica da relevância, mas não é explicada nas perspectivas clássica ou griceana.³⁵

Outra área em que habilidades meta-representacionais desempenham um papel importante é a interpretação de atos ilocucionários. Considere o diálogo em (17):

(17) a. *Peter*: Você me devolverá o dinheiro na terça-feira?

b. *Mary*: Eu devolverei o dinheiro até lá.

Ambos, (17a) e (17b), expressam a proposição de que *Mary vai devolver o dinheiro na terça-feira*. Na interrogativa (17a), esta proposição é expressa, mas não comunicada (no sentido de que Peter não a coloca como verdadeira ou provavelmente verdadeira).³⁶ nos termos teóricos de relevância, ela não é uma explicatura do enunciado de Peter. Ainda intuitivamente, (17a)

³⁴ Sobre o desenvolvimento da metáfora e da ironia, veja-se Winner (1988). Sobre a relação entre ironia, metáfora e habilidades meta-representacionais, veja-se Happé (1993); Langdon, Davies e Coltheart (2002). Sobre comunicação e meta-representação, veja-se seção 5 a seguir.

³⁵ Levinson (2000, p. 239) nos interpreta (equivocadamente) como afirmando que ironias “são implicaturas como ‘ecos’ do que alguém poderia ter dito: elas são distintamente não explicaturas”. Ele objeta que nossa abordagem não permite que o uso irônico de uma expressão inferencial pode fazer uma diferença para as condições de verdade (como em seu belo exemplo “Se você precisa de um carro, você pode pedir emprestado meu Porsche “[usado para referir-se ao VW do falante]). De fato, tais exemplos fornecem forte confirmação de nossa abordagem, na qual a ironia é relacionada de perto com a menção, citação ou outros tipos de uso metalingüístico e, desse modo, contribui diretamente com as explicaturas. É bem conhecido que o uso metalingüístico de uma palavra pode fazer diferença para as condições de verdade (veja-se HORN, 1989; SPERBER e WILSON, 1981; 1986a, seção 4.7; CARSTON, 1996, 2002b; CAPPELEN e LEPORÉ, 1997; NOH, 2000; WILSON, 2000).

³⁶ Para discussão, veja-se Sperber e Wilson (1986a, seções de 1.9 a 1.12).

não é um ato de comunicação menos explícito do que (17b). A Teoria da Relevância defende que o que é explicitamente comunicado por (17a) é a descrição do ato de fala de ordem mais alta em (18):

(18) Peter está perguntando a Mary se ela vai devolver o dinheiro na terça-feira.

Como todas explicaturas, (18) é recuperada por um mistura de decodificação e de inferência, baseada em uma variedade de pistas lingüísticas e não-lingüísticas (por exemplo, ordem das palavras, indicadores de modo, tom de voz, expressão facial): nos termos da Teoria da Relevância, é uma EXPLICATURA DE ORDEM MAIS ALTA.³⁷ Em (17b), ao contrário, a explicatura poderia incluir (19a), uma EXPLICATURA BÁSICA, e explicaturas de ordem mais alta tais como (19b) e (19c):

(19) a. Mary devolverá o dinheiro na terça-feira.

b. Mary promete devolver o dinheiro na terça-feira.

c. Mary acredita devolver o dinheiro na terça-feira.

Assim, um enunciado pode transmitir muitas explicaturas, cada uma das quais pode contribuir para a relevância e garantir a derivação de implicaturas.³⁸

Nessa abordagem, a ironia verbal tem mais em comum com enunciados ilocucionários e atitudinais do que com a metáfora ou a hipérbole. O reconhecimento da ironia, como o reconhecimento de enunciados ilocucionários e expressões atitudinais, envolve uma habilidade meta-representacional de nível mais alto do que o reconhecimento da proposição expressa por um enunciado, seja literal, vago ou metafórico. Mais geralmente, tanto na perspectiva griceana quanto na abordagem teórica da relevância, a interpretação de cada enunciado envolve um alto grau de capacidade meta-representacional, uma vez que a compreensão baseia-se na habilidade de atribuir intenções informativas e

³⁷ No quadro teórico da relevância, indicadores modais estão entre os itens vistos na teoria da relevância como cumprindo significação procedimental antes que conceitual. Para discussão, vejam-se Blakemore (1987, 2002, este volume); Wharton (em preparação).

³⁸ Sobre explicaturas de alto nível, vejam-se Blakemore (1991); Wilson e Sperber (1993); Ifantidou (2001). Sobre enunciados não declarativos, vejam-se Sperber e Wilson (1986a, seção 4.10); Wilson e Sperber (1988); Wilson (2000); Noh (2001). Para discussão crítica, vejam-se Bird (1994); Harnish (1994).

comunicativas. Isso gera a questão de como as habilidades pragmáticas são adquiridas e como elas se ajustam na arquitetura geral da mente.

5 TEORIA DA RELEVÂNCIA E ARQUITETURA MENTAL

A análise de Grice da comunicação aberta como envolvendo a expressão e o reconhecimento de intenções trata a compreensão como uma variedade de LEITURA DA MENTE, OU TEORIA DA MENTE (a atribuição de estados mentais a outros a fim de explicar e prever o comportamento).³⁹ O elo entre leitura da mente e comunicação é confirmado pela abundância de evidências desenvolvimentais e neuropsicológicas.⁴⁰ Todavia, a própria leitura da mente tem sido analisada por diferentes meios. Filósofos descrevem-na freqüentemente como um exercício de raciocínio reflexivo (um processo central de pensamento, nos termos de Fodor), e muitas das observações de Grice sobre Pragmática são consistentes com isso. Desse modo, sua reconstrução racional de como implicaturas conversacionais são derivadas é um exercício centrado no propósito geral da psicologia do tipo “crença-desejo”, envolvendo a aplicação de mecanismos de raciocínio de propósito geral, baseados em hipóteses explícitas sobre as relações entre estados mentais e comportamento:

Ele disse que P; ele poderia não ter feito isso a menos que ele pensasse que Q; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que eu farei o que é necessário para supor que Q; ele não tem feito nada para eu parar de pensar que Q; assim, ele pretende que eu pense, ou ao menos, está querendo que eu pense que Q (GRICE, 1989, p. 30–31).

Em nossos próprios primeiros trabalhos, também tratamos a interpretação pragmática como um processo central e inferencial (como oposto a um módulo de linguagem periférico), embora mais espontâneo e intuitivo antes que consciente e reflexivo (SPERBER e WILSON, 1986a, capítulo 2;

³⁹ Vejam-se: Whiten (1991); Davies e Stone (1995a,b); Carruthers e Smith (1996); Malle, Moses e Baldwin (2001).

⁴⁰ Vejam-se, por exemplo, Perner, Frith, Leslie e Leekam (1989); Happé (1993); Baron-Cohen (1995); Mitchell, Robinson e Thompson (1999); Happé e Loth (2002); Papafragou (2002); e os artigos em Mind & Language 17.1-2 (2002).

WILSON e SPERBER, 1986). Mais recentemente, houve uma tendência nas ciências cognitivas em deslocar-se da nítida distinção entre processos de *input* modulares e processos centrais indiferenciados de Fodor para uma crescente visão modular da mente.⁴¹ Nesta seção, consideraremos como a abordagem *teórica da relevância* poderia se ajustar a perspectivas modulares de inferência e, em particular, de leitura da mente.⁴²

Uma vantagem de um módulo ou mecanismo inferencial dedicado é que ele pode tomar vantagem das regularidades de seu próprio domínio e conter procedimentos inferenciais de propósitos especiais com os quais são justificadas essas regularidades, somente nesse domínio. Assim, em perspectivas modulares de leitura da mente, a psicologia padrão de tipo “crença-desejo” pode ser substituída por procedimentos inferenciais de propósito especial (“heurística rápida e frugal”, nos termos de GIGERENZER *et al.*, 1999), justificados por regularidades que existem somente nesse domínio. Exemplos discutidos na literatura de leitura da mente incluem um Detector de Direção dos Olhos, que atribui estados perceptuais e de atenção com base nas fixações oculares, e um Detector de Intencionalidade que interpreta o movimento autopropulsionado em termos de objetivos e desejos (LESLIE, 1994; PREMACK e PREMACK, 1994; BARON-COHEN, 1995). Em mecanismos rápidos e frugais desse tipo, regularidades nas relações entre estados mentais e comportamento não são registrados como premissas explícitas num processo inferencial, mas funcionam meramente como suportes para o funcionamento do dispositivo.

A maioria das abordagens de leitura da mente, seja modular ou não-modular, supõe que não há necessidade de procedimentos de compreensão inferencial de propósitos especiais, porque as atribuições de estado mental, requeridas para a compreensão serão automaticamente geradas por mecanismos mais gerais que se aplicam através de um domínio global de ação intencional.⁴³ Nós acreditamos que há problemas com a visão de que significados do falante podem ser inferidos de enunciados pelos mesmos procedimentos

⁴¹ Nós estamos usando “módulo” em um sentido mais aberto do que o de Fodor, para significar um domínio ou tarefa autônoma específica de mecanismos computacionais (cf. SPERBER 1996, capítulo 6; 2002).

⁴² Vejam-se, por exemplo: Leslie (1991); Hirschfeld e Gelman (1994); Barkow, Cosmides e Tooby (1995); Sperber (1996, 2002). Para comentários, veja-se Fodor (2000).

⁴³ Para defesa explícita dessa posição, veja-se Bloom (2000, 2002). Para evidência experimental em favor de uma abordagem modular, veja-se Happé e Loth (2002).

usados para inferir intenções de ações. Em primeiro lugar, o conjunto de ações que um agente pode razoavelmente pretender executar em uma dada situação, na prática, é bastante limitado, e a atribuição regular de intenção é muito facilitada pelo conjunto relativamente restringido de ações disponíveis para um agente em determinado tempo. Em contraste, como destacado na seção 3, acima, um conjunto de significados que um falante razoavelmente pode pretender transmitir em uma dada situação é virtualmente ilimitado. É simplesmente obscuro como procedimentos padrões para a atribuição de intenção poderiam revelar atribuições de significados do falante, exceto em casos fáceis e triviais (SPERBER, 2000; SPERBER e WILSON, 2002).

Em segundo lugar, como destacado nas seções 4 e 5, acima, a compreensão inferencial tipicamente envolve muitas camadas de meta-representação, enquanto em leitura da mente regular, geralmente, é suficiente um só nível. Essa discrepância entre as capacidades meta-representacionais requeridas para a compreensão inferencial e a leitura de mente regular é particularmente aparente no desenvolvimento da criança. É difícil acreditar como crianças de dois anos, que falham, por exemplo, em tarefas regulares de crenças falsas de primeira ordem, podem reconhecer e compreender representações multiniveladas peculiares envolvidas na comunicação aberta, usando nada mais do que a habilidade de atribuir intenções a agentes de modo a explicar seus comportamentos. Por essas razões, vale a pena a possibilidade de que, dentro de um módulo de leitura de mente global, há envolvido um submódulo especializado dedicado à compreensão, com seus próprios conceitos e mecanismos (SPERBER, 1996, 2000, 2002; ORIGGI e SPERBER, 2000; WILSON, 2000; SPERBER e WILSON, 2002).

Se nós estamos certos, o Princípio Comunicativo de Relevância em (7) acima (“Cada estímulo ostensivo transmite a presunção de sua própria relevância ótima”) descreve a regularidade específica do domínio comunicativo. Somente atos de comunicação ostensiva criam legítimas presunções de relevância ótima, e isso poderia formar a base para um dispositivo de compreensão inferencial de propósito especial. Nessa abordagem modular, o procedimento de compreensão *à luz da relevância* em (9) (“Siga o caminho de menor esforço no cômputo de efeitos cognitivos: teste hipóteses interpretativas em ordem de acessibilidade; pare quando suas expectativas de relevância são satisfeitas”) poderia ser visto como uma “heurística rápida e frugal”, que computa

automaticamente uma hipótese sobre o significado do falante com base em evidências lingüísticas e outras evidências fornecidas.

A complexidade das inferências requerida pela abordagem de comunicação de Grice, por vezes, tem sido vista como um argumento contra a abordagem inferencial global. Nós estamos sugerindo uma visão alternativa, na qual da mesma forma como as crianças que não têm de aprender sua linguagem, mas nascem com substancial dotação inata, não temos que aprender o que a comunicação ostensivo-inferencial é, mas nascemos com uma substancial dotação inata. Essa abordagem permite vários graus de sofisticação nas expectativas de relevância com que um enunciado é abordado. Nos termos de Sperber (1994), uma criança, com capacidade meta-representacional limitada, poderia começar como um intérprete otimista e ingênuo, que aceita a primeira interpretação que encontra como relevante o suficiente desatento se ela é aquela que o falante poderia plausivelmente ter pretendido. Um otimista prudente, com suficiente capacidade meta-representacional para passar por tarefas de crenças falsas de primeira ordem, poderia ser capaz de lidar com esses tipos de enganos, mas incapaz de lidar com logros deliberados (SPERBER, 1994; BEZUIDENHOUT e SRODA, 1998; WILSON, 2000; HAPPÉ e LOTH, 2002). Um intérprete sofisticado tem a capacidade meta-representacional para lidar simultaneamente com enganos e logros. No quadro teórico da relevância, adultos normais são vistos como intérpretes sofisticados, e isso é uma diferença importante da abordagem griceana padrão (para referências e discussão, vejam-se as notas de rodapé 9 e 19)

6 CONCLUSÃO: UMA TEORIA COGNITIVA EXPERIMENTALMENTE TESTÁVEL

A Teoria da Relevância é uma teoria psicológica cognitiva. Em particular, ela trata a interpretação do enunciado como um processo cognitivo. Como outras teorias psicológicas, ela tem conseqüências testáveis: ela pode ensejar pesquisa experimental e está aberta à confirmação ou a ajustamentos finos à luz de evidência experimental. Obviamente, como em outras teorias de escopo comparável, sua afirmação mais geral somente pode ser testada indiretamente pela avaliação de algumas de suas conseqüências. Assim, o Princípio Cognitivo

de Relevância (a afirmação de que a cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância) sugere predições testáveis somente quando combinado com descrições de mecanismos cognitivos particulares (ou seja, para percepção, categorização, memória ou inferência). Dada a descrição de tal mecanismo, pode ser possível testar a afirmação *teórica da relevância* de que esse mecanismo contribui para a maior alocação de recursos cognitivos para *inputs* potencialmente relevantes, ao compará-lo com alguma hipótese alternativa ou, ao menos, com uma hipótese nula.

O Princípio Comunicativo de Relevância (a afirmação de que cada estímulo ostensivo transmite a presunção de sua relevância ótima) é uma generalização regulamentada que se segue do Princípio Cognitivo de Relevância combinado com uma visão inferencial griceana mais ampla de comunicação como um processo de intenção e atribuição inferencial. O Princípio Comunicativo de Relevância poderia ser falseado ao serem evidenciados atos comunicativos genuínos que não comunicam a presunção de relevância ótima (mas antes, digamos, uma presunção de veracidade literal, ou de máxima de informatividade, ou nenhuma de tais presunções). Quando combinado com descrições de tipos e propriedades de atos comunicativos específicos, o Princípio Comunicativo gera predições precisas, algumas das quais têm sido experimentalmente testadas.

Através dessa pesquisa, temos tentado apontar casos onde as predições da Teoria da Relevância diferem daquelas mais ou menos claramente sugeridas por quadros teóricos alternativos (por exemplo: na interpretação de silêncios ostensivos, a ordem de acessibilidade das interpretações metafóricas e literais, a contribuição dos princípios pragmáticos para a comunicação explícita, a natureza dos processos pragmáticos lexicais, o paralelismo entre metáfora e ironia), e nós temos dado atenção a muitos casos onde análises *à luz da relevância* têm sido experimentalmente testadas e suas predições confirmadas. Vamos dar duas ilustrações de como a noção básica de relevância ótima, caracterizada em termos de esforço e efeito, permite predições testáveis.

Como destacado na seção 2 acima, a Teoria da Relevância não fornece uma medida absoluta do esforço mental ou do efeito cognitivo e ela não assume que medidas como essa sejam avaliáveis em operações mentais espontâneas. O que ele supõe é que a relevância real ou esperada de dois *inputs* pode ser

freqüentemente comparada. Essas possibilidades de comparação ajudam os indivíduos a alocar seus recursos cognitivos e os comunicadores a prever e influenciar os processos cognitivos de outrem. Essas possibilidades de comparação também permitem a pesquisadores manipular fatores de efeito e esforço em situações experimentais.

Assim, considere uma declaração condicional como “Se uma carta tem um 6 na frente, ela tem um E atrás”. Na tarefa de seleção de Wason (Wason, 1966), o mais famoso paradigma experimental na psicologia do raciocínio, são mostradas quatro cartas para os participantes com (digamos) um 6, um 4, um E, e um A na frente, e é perguntado qual(is) delas os participantes deveriam virar para checar se a declaração é verdadeira ou falsa. A resposta correta é selecionar a carta 6 e a carta A. Em 1995, literalmente, milhares de experimentos com materiais similares falharam em produzir uma maioria de respostas corretas. A maior parte das pessoas escolhe ou a carta 6 sozinha, ou as cartas 6 e E. Em “*Relevance theory explains the selection task*” (1995), Sperber, Cara e Girotto argumentaram que os participantes interpretam declarações condicionais, derivando implicações testáveis em ordem de acessibilidade; param quando suas expectativas de relevância são satisfeitas; e, escolhem cartas com base nessa interpretação. Usando essa idéia, Sperber *et al.* foram capazes, ao variar o conteúdo e o contexto da declaração, de manipular os fatores de esforço e efeito para produzir seleções corretas ou incorretas.

Tipicamente, uma sentença condicional na forma de *se P, então Q* alcança relevância quando permite que o conseqüente *Q* seja derivado toda vez que o antecedente *P* é satisfeito. Com a condicional “Se uma carta tem um 6 na frente, ela tem um E atrás”, isso conduz à seleção da carta 6. Outra maneira comum para uma declaração condicional alcançar relevância é criar uma expectativa em que ambos, *P* e *Q*, são verdadeiros. Obviamente, uma declaração condicional, também implica que seu antecedente e a negação de seu conseqüente não será verdadeiro em conjunto. Se os participantes escolhem as cartas nessa base, eles selecionariam as cartas 6 e A. Todavia, na maioria dos contextos essa implicação é relativamente muito trabalhosa de se derivar, não gera efeitos posteriores, e não seria derivada por um ouvinte procurando pela relevância ótima. O que Sperber *et al.* fizeram foi manipular os fatores de esforço e efeito, seja separadamente ou em conjunto, a fim de tornar essa implicação mais fácil e/ou mais recompensadora de se derivar e, as cartas

corretas mais fáceis de serem escolhidas. A condição mais bem sucedida foi aquela onde a declaração foi vista como fornecida por um engenheiro que acabara de consertar uma máquina imaginada para imprimir cartões conforme essa especificação, mas que não tinha funcionado bem e havia imprimido erradamente cartas com um 6 na frente e um A atrás. Aqui, a declaração alcança relevância ao implicar que não haveria mais cartões com um 6 em frente e um A atrás, em vez de E, e a maioria dos participantes fez a seleção correta. Esse e outros experimentos com tarefas de seleção (vejam-se também: GIROTTO, KEMMELMEIR, SPERBER e van der HENST, 2001; SPERBER e GIROTTO, no prelo) mostraram que a performance nessa tarefa foi determinada não por mecanismos de raciocínio de domínio específico ou de domínio geral (como tinha sido afirmado pela maioria dos pesquisadores), mas por fatores pragmáticos que afetam a interpretação de declarações condicionais. Isso também confirma que uma interpretação de condicionais é governada pela dupla de fatores – esforço e efeito – que podem atuar seja separadamente ou em combinação.⁴⁴

Eis aqui um segundo exemplo de como a interação de esforço e efeito pode ser experimentalmente investigada, agora na produção do enunciado em vez de sua interpretação. Suponha que um estranho chegue e me pergunte as horas. Eu olho para meu relógio e vejo que são exatamente 11:58. Como eu deveria responder? Um falante, observando as máximas de Grice (e em particular a máxima de veracidade), dirigindo-se a uma audiência que espera que ele observe essas máximas, deveria dizer “11:58”. Ao dizer “São 12.00” (assim, falando vagamente e violando a máxima de veracidade), criaria uma suposição enganosa de que ele significa transmitir que eram (exatamente) “12:00”. Em contraste, um falante objetivando a relevância ótima tem toda razão em falar não tão precisamente (assim, reduzindo o esforço de processamento do ouvinte), a não ser que (em seu ponto de vista) algum efeito cognitivo fosse perdido por ter falado vagamente. Deveria ser possível, na abordagem teórica da relevância, ao eliciar respostas mais estritas ou vagas, manipular o cenário no qual a questão é feita, de tal modo que a resposta mais estrita gera ou não implicações relevantes. Essa predição foi testada experimentalmente, e a análise teórica da relevância confirmada: estranhos

⁴⁴ Para outras aplicações com tarefas de seleção, vejam-se Girotto, Kimmelmeir, Sperber e van der Henst (2001); Sperber e Girotto (no prelo). Sobre outras aplicações da teoria da relevância para a psicologia do raciocínio, vejam-se Politzer e Macchi (2000), van der Henst (1999), van der Henst, Sperber e Politzer (2002).

perguntando as horas em lugares públicos tendem a falar vagamente ou a dar respostas estritamente acuradas dependendo de pistas sutis, como: para que seria relevante a informação das horas para quem pergunta (van der HENST, CARLES e SPERBER, no prelo).

Correntemente, o obstáculo principal para comparações experimentais da Teoria da Relevância com outras teorias pragmáticas tem sido que conseqüências testáveis dessas outras teorias nem sempre foram explicadas explicitamente. A maior parte da pesquisa pragmática tem sido executada na tradição filosófica ou lingüística, na qual se coloca uma prioridade maior na generalidade teórica, combinada com uma tendência de confiança na intuição. Isso criou uma certa relutância para lidar com os negócios embaraçosos da experimentação. Os teóricos da Relevância têm tentado combinar generalidade teórica com todas as possibilidades de teste fornecidas pelo uso cuidadoso de intuições lingüísticas, dados observáveis, e métodos experimentais da psicologia cognitiva. Vemos isso como uma importante direção para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ASHER, Nicholas; IASCARIDES, Alex. The semantics and pragmatics of metaphor. In: BOUILLON, P.; BUSA, F. (Eds.). **The language of word meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 262-289.

BACH, Kent. Conversational implicature. **Linguistics & Language**, n. 9, p. 124-162, 1994a.

_____. Semantic slack: what is said and more. In: TSOHATZIDIS, S. (Ed.). **Foundations of speech act theory: philosophical and linguistic perspectives**. London: Routledge, 1994b. p. 267-291.

_____. The semantics-pragmatics distinction: what it is and why it matters. **Linguistische Berichte**, n. 8: special issue on Pragmatics, p. 33-50, 1997. (Reprinted in: TURNER, K. (Ed.). **The Semantics-Pragmatics interface from different points of view**. Oxford: Elsevier Science, 1999.)

BARKOW, John; COSMIDES, Leda, TOOBY, John. **The adapted mind: evolutionary psychology and the generation of culture**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

BARON-COHEN, Simon. **Mindblindness: an essay on autism and theory of mind**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

BARSALOU, Lawrence. The instability of graded structure: implications for the nature of concepts. In: NEISSER, U. (Ed.). **Concepts and conceptual development: ecological and intellectual factors in categorization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 101-140.

_____. Frames, concepts, and conceptual fields. In: KITTAY, E.; LEHRER, A. (Eds.). **Frames, fields, and contrasts: new essays in semantic and lexical organization**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1992. p. 21-74.

BEZUIDENHOUT, Anne. Pragmatics, semantic underdetermination and the referential–attributive distinction. **Mind**, n. 106, p. 375-409, 1997.

_____; SRODA, Mary Sue. Children’s use of contextual cues to resolve referential ambiguity: an application of relevance theory. **Pragmatics and Cognition**, n. 6, p. 265-299, 1998.

BIRD, Graham. Relevance theory and speech acts. In: TSOHATZIDIS, S. (Ed.). **Foundations of speech-act theory: philosophical and linguistic perspectives**. London: Routledge, 1994. p. 292-311.

BLAKEMORE, Diane. **Semantic constraints on relevance**. Oxford: Blackwell, 1987.

_____. Performatives and parentheticals. **Proceedings of the aristotelian society**, n. 91, p. 197-214, 1991.

_____. Echo questions: a pragmatic account. **Lingua**, n. 4, p. 197-211, 1994.

_____. **Meaning and relevance: the semantics and pragmatics of discourse connectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BLASS, Regina. **Relevance relations in discourse: a study with special reference to sissala**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BLOOM, Paul. **How children learn the meanings of words**. Cambridge MA: MIT Press, 2000.

_____. Mindreading, communication and the learning of names for things. **Linguistics & Language**, n. 17, p. 37-54, 2002.

BLUTNER, Reinhart. Lexical pragmatics. **Journal of Semantics**, n 15, p. 115-162, 1998.

_____. Lexical semantics and pragmatics. **Linguistische Berichte**, n. 10, 2002.

BREHENY, Richard.. The current state of (radical) pragmatics in the cognitive sciences. **Linguistics & Language**, n. 17, p. 169-87, 2002.

CAPPELEN, Herman; LEPORE, Ernie. Varieties of quotation. **Mind**, n. 106, p. 429-450, 1997.

CARNAP, Rudolf. **Logical foundations of probability**. London: Routledge & Kegan, 1950.

CARRUTHERS, Peter; SMITH, Peter (Eds.). **Theories of theories of mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CARSTON, Robyn. Implicature, explicature and truth-theoretic semantics. In: KEMPSON, R. (Ed.). **Mental representation: The Interface between Language and Reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 155-181.

_____. Quantity maxims and generalised implicatures. **Lingua**, n. 96, p. 213-224, 1995.

_____. Metalinguistic negation and echoic use. **Journal of Pragmatics**, n. 25, p. 309-330, 1996.

_____. Enrichment and loosening: complementary processes in deriving the proposition expressed? **Linguistische Berichte**, n. 8, p. 103-127, 1997.

_____. Informativeness, relevance and scalar implicature. In: CARSTON, Robyn; UCHIDA, Seiji (Eds.). **Relevance theory: applications and implications**. Amsterdam: John Benjamins, 1998b. p. 179-236.

_____. The semantics/pragmatics distinction: a view from relevance theory. In: TURNER, K. (Ed.) **The Semantics/Pragmatics interface from different points of view**. Oxford: Elsevier Science, 1999, p. 85-125.

_____. Explicature and semantics. **UCL Working Papers in Linguistics**, n. 12, p. 1-44, 2000.

_____. Linguistic meaning, communicated meaning and cognitive pragmatics. **Linguistics & Language**, n. 17, p. 127-148, 2002a.

_____. **Thoughts and utterances: the pragmatics of explicit communication**. Oxford: Blackwell, 2002b.

_____; UCHIDA, Seiji (Eds.). **Relevance theory: applications and implications**. Amsterdam: John Benjamins, 1998.

CLARK, Herbert; GERRIG, Richard. On the pretense theory of irony. **Journal of Experimental Psychology: General**, n. 113, p. 121-126, 1984.

COPESTAKE, Anne; BRISCOE, Ted. Semi-productive polysemy and sense extension. **Journal of Semantics**, n. 12, p. 15-67, 1995.

CURCÓ, Carmen. Indirect echoes and verbal humour. In: ROUCHOTA, V.; JUCKER, A. (Eds.). **Current issues in Relevance Theory**. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 305-325.

DAVIS, Steven (Ed.). **Pragmatics: a reader**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

DAVIES, Martin; STONE, Tony (Eds.). **Mental simulation: philosophical and psychological essays**. Oxford: Blackwell, 1995a.

_____; _____. (Eds.). **Folk Psychology**. Oxford: Blackwell, 1995b.

FODOR, Jerry. **The modularity of mind**. Cambridge, MA.: MIT Press, 1983.

_____. **The mind doesn't work that way**. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

_____. Language, thought and compositionality. **Linguistics & Language**, n. 16, p. 1-15, 2001.

FRANKS, Bradley; BRAISBY, Nicholas. Sense generation or how to make a mental lexicon flexible. In: **Proceedings of the 12th Annual Conference of the Cognitive Science Society**. Cambridge, MA: MIT, 1990.

GARNHAM, Alan; PERNER, Josef. Does manifestness solve problems of mutuality? **Behavioral & Brain Sciences**, n. 13, p. 178-179, 1990.

GIBBS, Ray. **The poetics of mind**: figurative thought, language and understanding. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

GIBBS, Ray; MOISE, Jessica. Pragmatics in understanding what is said. **Cognition**, n. 62, p. 51-74, 1997.

_____; O'BRIEN, J. Psychological aspects of irony understanding. **Journal of Pragmatics**, n. 16, p. 523-530, 1991.

GIGERENZER, Gerd; TODD, Peter; The ABC Research Group. **Simple Heuristics that Make us Smart**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

GIROTTO, Vittorio; KEMMELMEIR, Markus; SPERBER, Dan; van der HENST, Jean-Baptiste. Inept reasoners or pragmatic virtuosos? Relevance and the deontic selection task. **Cognition**, n. 81, p. 69-76, 2001.

GLUCKSBERG, Sam. **Understanding figurative language**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GREEN, Mitchell. Quantity, volubility, and some varieties of discourse. **Linguistics & Philosophy**, n. 18, p. 83-112, 1995.

GRICE, H. Paul. The causal theory of perception. **Proceedings of the Aristotelian Society**, n. 35, Supplementary Volume, p. 121-152, 1961.

_____. **Studies in the way of words**. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 1989.

GUTT, Ernst-August. **Translation and relevance**: cognition and context. Oxford: Blackwell, 1991. (2. ed.: Manchester: St Jerome Publishing, 2000)

HAPPÉ, Francesca. Communicative competence and theory of mind in autism: a test of relevance theory. **Cognition**, n. 48, p. 101-119, 1993.

_____; LOTH, Eva. 'Theory of mind' and tracking speakers' intentions. **Linguistics & Language**, n. 17, p. 24-36, 2002.

HARNISH, Robert M. Mood, meaning and speech acts. In: TSOHATZIDIS, S. (Ed.). **Foundations of speech-act theory: philosophical and linguistic perspectives**. London: Routledge, 1994. p. 407-459.

HIRSCHFELD, Laurence; GELMAN, Susan (Eds.). **Mapping the mind: domain specificity in cognition and culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

HOBBS, Jerry. On the coherence and structure of discourse. **CSLI Report**, Menlo Park, CA, p. 85-37, 1985.

_____; STICKEL, Mark; APPELT, Douglas; MARTIN, Paul. Interpretation as abduction. **Artificial Intelligence**, n. 63,, p. 69-142, 1993.

HORN, Laurence. Towards a new taxonomy for pragmatic inference: Q- and R-based implicature. In: SCHIFFRIN, D. (Ed.). **Meaning, form, and use in context**. Washington DC.: Georgetown University Press, 1984. p. 11-42.

_____. **A natural history of negation**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1989.

_____. The said and the unsaid. In: **SALT II: Proceedings of the Second Conference on Semantics and Linguistic Theory**. Columbus, OH.: Ohio State University Linguistics Department, 1992. p. 163-202.

_____; WARD, G.(Eds.). **The handbook of Pragmatics**. London: Blackwell, 2004.

IFANTIDOU, Elly. **Evidentials and Relevance**. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

JORGENSEN, Julia; MILLER, George; SPERBER, Dan. Test of the mention theory of irony. **Journal of Experimental Psychology: General**, n. 113, p. 112-120, 1984.

KASHER, Asa. Conversational maxims and rationality. In: KASHER, A. (Ed.). **Language in focus: foundations, methods and systems**. Dordrecht: Reidel, 1976. p. 197-211.

_____. Pragmatics and the modularity of mind. **Journal of Pragmatics**, n. 8, p. 539-557, 1984. (Versão revisada e reimpressa in: DAVIS, S. (1991), p. 567-582.)

_____. (Ed.). **Pragmatics: critical concepts**, vols I-V. London: Routledge, 1998.

KEMPSON, Ruth. Ambiguity and the semantics–pragmatics distinction. In: TRAVIS, C. (Ed.). **Meaning and interpretation**. Oxford: Blackwell, 1986. p. 77-104.

_____. Semantics, pragmatics and deduction. In: LAPPIN, S. (Ed.). **Handbook of contemporary semantic theory**. Oxford: Blackwell, 1996. p. 561-598.

_____; CORMACK, Annabel. Ambiguity and quantification. **Linguistics & Philosophy**, n. 4, p. 259-309, 1982.

KREUZ, Roger; GLUCKSBERG, Sam. How to be sarcastic: the echoic reminder theory of irony. **Journal of Experimental Psychology: General**, n. 118, p. 374-386, 1989.

KUMON-NAKAMURA, Sachi; GLUCKSBERG, Sam; BROWN, Mary. How about another piece of pie: the allusional pretense theory of discourse irony. **Journal of Experimental Psychology: General**, n. 124, p. 3-21, 1995.

LAKOFF, George. **Women, fire and dangerous things**. Chicago, IL.: University of Chicago Press, 1987.

LANGDON, Robyn; DAVIES, Martin; COLTHEART, Max. Understanding minds and understanding communicated meanings in schizophrenia. **Linguistics & Language**, n. 17, p. 68-104, 2002.

LASCARIDES, Alex; ASHER, Nicholas. Temporal interpretation, discourse relations and commonsense entailment. **Linguistics & Philosophy**, n. 16, p. 437-93, 1993.

_____; COPESTAKE, Anne. Pragmatics and word meaning. **Journal of Linguistics**, n. 34, p. 387-414, 1998.

_____; _____; BRISCOE, Ted. Ambiguity and coherence. **Journal of Semantics**, n. 131, p. 41-65, 1996.

LASERSOHN, Peter. Pragmatic halos. **Language**, n. 75, p. 522-551, 1999.

LESLIE, Alan. The theory of mind impairment in autism: evidence for a modular mechanism of development? In: WHITEN, A (Ed.), 1991. p. 63-78.

_____. ToMM, ToBy, and Agency: Core architecture and domain specificity. In: HIRSCHFELD, L., GELMAN Susan (Eds.). 1994. p. 119-148.

LEVINSON, Stephen. Minimization and conversational inference. In: VERSCHUEREN, J.; BERTUCCELLI-PAPI, M. (Eds.). **The Pragmatic Perspective**. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p. 61-129.

_____. **Presumptive meanings: the theory of generalized conversational implicature**. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

MALLE, Bertram; MOSES, Louis; BALDWIN, Dare (Eds.). **Intentions and intentionality: foundations of social cognition**. Cambridge, MA.: MIT Press, 2001.

MARTIN, Robert. Irony and universe of belief. **Língua**, n. 87N, p. 77-90, 1992.

MATSUI, Tomoko. Pragmatic criteria for reference assignment: a relevance-theoretic account of the acceptability of bridging. **Pragmatics and Cognition**, n 6, p. 47-97, 1998.

_____. **Bridging and relevance**. Amsterdam: John Benjamins, 2000.

MATSUMOTO, Yo. The conversational condition on Horn scales. **Linguistics & Philosophy**, n. 18, p. 21-60, 1995.

MERIN, Arthur. Information, relevance and social decision making. In: MOSS, L.; GINZBURG, J.; RIJKE, M. D. (Eds.). **Logic, language and computation**. v. 2. Stanford: S.N., 1997.

MITCHELL, Peter; ROBINSON, Elizabeth; THOMPSON, D. Children's understanding that utterances emanate from minds: using speaker belief to aid interpretation. **Cognition**, n. 72, p. 45-66, 1999.

MORGAN, Jerry; GREEN, Georgia. On the search for relevance. **Behavioral & Brain Sciences**, n. 10, p. 726-727, 1987.

NEALE, Stephen. Paul Grice and the philosophy of language. **Linguistics & Philosophy**, n. 15, p. 509-559, 1992.

NICOLLE, Steven; CLARK, Billy. Experimental pragmatics and what is said: a response to Gibbs and Moise. **Cognition**, n. 66, p. 337-354, 1999.

NOH, Eun-ju. Echo questions: metarepresentation and pragmatic enrichment. **Linguistics & Philosophy**, n. 21, p. 603-628, 1998.

_____. **Metarepresentation: a relevance-theory approach**. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

NOVECK, Ira. When children are more logical than adults: investigations of scalar implicature. **Cognition**, n. 78, p. 165-188, 2001.

_____; BIANCO, Maryse; CASTRY, Alain. The costs and benefits of metaphor. **Metaphor and Symbol**, n. 16, p. 109-121, 2001.

ORIGGI, Gloria; SPERBER, Dan. Evolution, communication and the proper function of language. In: CARRUTHERS, P.; CHAMBERLAIN, A. (Eds.). **Evolution and the human mind: language, modularity and social cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 140-169.

PAPAFRAGOU, Anna. The acquisition of modality: implications for theories of semantic representation. **Linguistics & Language**, n. 13, p. 370-399, 1998.

_____. **Modality: issues in the semantics-pragmatics interface**. Amsterdam: Elsevier Science, 2000.

_____. Mindreading and verbal communication. **Linguistics & Language**, n. 17, p. 55-67, 2002.

PERNER, Josef; FRITH, Uta; LESLIE, Alan; LEEKAM, Sue. Explorations of the autistic child's theory of mind: Knowledge, belief, and communication. **Child Development**, n. 60, p. 689-700, 1989.

PILKINGTON, Adrian. **Poetic effects: A relevance theory perspective**. Amsterdam: John Benjamins, 2000.

POLITZER, Guy. Characterizing spontaneous inferences. **Behavioral & Brain Sciences**, n. 13, p. 177-178, 1990.

_____; MACCHI, Laura. Reasoning and pragmatics. **Mind and Society**, n. 1, p. 73-93, 2000.

PREMACK, David; PREMACK, Ann James. Moral belief: form versus content. In: HIRSCHFELD, L.; GELMAN, S. (Eds.). 1994. p.149-168.

RECANATI, François. The pragmatics of what is said. **Linguistics & Language**, n. 4, p. 295-329, 1989. [Reimpr.in: DAVIS, S (Ed.), 1991, p. 97-120.]

_____. The alleged priority of literal interpretation. **Cognitive Science**, n. 19, p. 207-232, 1995.

_____. **Oratio obliqua, oratio recta: the semantics of metarepresentations**. Cambridge, MA.: MIT Press, 2000.

_____. Unarticulated constituents. **Linguistics & Philosophy**, n. 25, p. 299-345, 2002a.

_____. Does linguistic communication rest on inference? **Linguistics & Language**, n. 17, special Issue on Pragmatics and Cognitive Science, p. 105-126, 2002b.

ROUCHOTA, V.; JUCKER, A. (Eds.). **Current issues in Relevance Theory**. Amsterdam: John Benjamins, 1998.

SEARLE, John. Literal meaning. In: SEARLE, J. **Expression and meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 117-136.

_____. The *background* of meaning. In: SEARLE, J.; KEIFER, F.; BIERWISCH, M. (Eds.). **Speech act theory and Pragmatics**: Dordrecht: Reidel, 1980. p. 221-232.

SMITH, Neil; WILSON, Deirdre. Introduction to the special issue on Relevance theory. **Lingua**, n. 87, p. 1-10, 1992.

SPERBER, Dan. Verbal irony: pretense or echoic mention? **Journal of Experimental Psychology: General**, n. 113, p. 130-136, 1984.

_____. Understanding verbal understanding. In: KHALFA, J. (Ed.). **What is intelligence?** Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 179-98.

- _____. **Explaining culture: a naturalistic approach.** Oxford: Blackwell, 1996.
- _____. Intuitive and reflective beliefs. **Linguistics & Language**, n. 12, p. 67-83, 1997.
- _____. Metarepresentations in an evolutionary perspective. In: SPERBER, Dan (Ed.). **Metarepresentations: an interdisciplinary perspective.** New York: Oxford University Press, 20-00, p. 117-137.
- _____. In defense of massive modularity. In: DUPOUX, E. (Ed.). **Language, Brain and Cognitive Development: essays in honor of Jacques Mehler:** Cambridge, MA.: MIT Press, 2002. p. 47-57.
- _____; CARA, Francisco; GIROTTI, Vittorio. Relevance theory explains the selection task. **Cognition**, n. 57, p. 31-95, 1995.
- _____; GIROTTI, Vittorio. Does the selection task detect cheater detection? Inédito. A ser publicado em **Cognition**.
- _____; WILSON, Deirdre. Irony and the use-mention distinction. In: COLE, P. (Ed.). **Radical Pragmatics.** New York: Academic Press, 1981. p. 295-318. [Reimpr. In: DAVIS, S. (Ed.), 1991, p. 550-563.]
- _____; _____. Loose talk. **Proceedings of the Aristotelian Society**, n. LXXXVI, p. 53-71, 1985-1986. [Reimpr. In: DAVIS, S. (Ed.), 1991, p. 540-549.]
- _____; _____. **Relevance: communication and cognition.** Cambridge, MA.: Blackwell; Oxford; Harvard University Press, 1986a. (2. ed.: Oxford: Blackwell, 1995)
- _____; _____. On defining relevance. In: GRANDY, R.; WARNER, R. (Eds.). **Philosophical grounds of rationality: intentions, categories, ends.** Oxford: Oxford University Press, 1986b. p. 143-158.
- _____; _____. Précis of Relevance. **Behavioral & Brain Sciences**, v. 10, p. 697-710, 1987a. [Reimpr. In: KASHER, A. (Ed.) 1998, v. V, p. 82-115.]
- _____; _____. Presumptions of relevance. **Behavioral & Brain Sciences**, n. 10, p. 736-753, 1987b.
- _____; _____. Spontaneous deduction and mutual knowledge. **Behavioral & Brain Sciences**, n. 13, p. 179-184, 1990a.
- _____; _____. Rhetoric and relevance. In: BENDER J.; WELLBERY, D. (Eds.). **The ends of rhetoric: history, theory, practice.** Stanford, CA: Stanford University Press, 1990b. p.140-56.
- _____; _____. Postface to the second edition of **Relevance: communication and cognition.** Blackwell, Oxford. 1995.

_____; _____. Fodor's frame problem and relevance theory: A reply to Chiappe, Kukla. **Behavioral, Brain Sciences**, n. 19, p. 530-532, 1996.

_____; _____. The mapping between the mental and the public lexicon. In: CARRUTHERS, P. BOUCHER, J. (Eds.). **Language and thought: interdisciplinary themes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998a. p. 184-200.

_____; _____. Irony and relevance: a reply to Seto, Hamamoto and Yamanashi. In: CARSTON, R.; UCHIDA, S. (Eds.). 1998b. p. 283-93.

_____; _____. Pragmatics, modularity and mind-reading. **Linguistics & Language**, n. 17, p. 3-23, 2002.

STANTON, Robert. Using non-sentences: an application of relevance theory. **Pragmatics and Cognition**, n. 2, p. 269-284, 1994.

_____. Utterance meaning and syntactic ellipsis. **Pragmatics and Cognition**, n. 5, p.51-78, 1997.

SWEETSER, Eve. **From Etymology to Pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TANAKA, Keiko. The pun in advertising: a pragmatic approach. **Língua**, n. 87, p. 91-102, 1992.

TRAUGOTT, Elizabeth. The role of pragmatics in semantic change. Artigo apresentado ao IPRA, Rheims, Jul. 1998.

TRAVIS, Charles. On what is strictly speaking true. **Canadian Journal of Philosophy**, n. 15, p. 187-229, 1985.

_____. **Unshadowed thought: representation in thought and language**. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 2000.

van der HENST, Jean-Baptiste. The mental model theory and spatial reasoning re-examined: the role of relevance in premise order. **British Journal of Psychology**, n. 90, p. 73-84, 1999.

_____; CARLES, Laure; SPERBER, Dan. Truthfulness and relevance in telling the time. **Linguistics & Language**, n. 17, p. 457-466, 2002.

_____; SPERBER, Dan; POLITZER, Guy. When is a conclusion worth deriving? A relevance-based analysis of indeterminate relational problems. **Thinking & Reasoning**, n. 8, p. 1-20, 2002.

van ROOY, Robert. Questioning to resolve decision problems. In: DEKKER, P. (Ed.). In: **Proceedings of the Twelfth Amsterdam Colloquium**. Amsterdam: ILLC, 1999.

- _____. Relevance of communicative acts. In: **Proceedings of Tark 2001**.
- WASON, Peter. Reasoning. In: FOSS, B. M. (Ed.). **New horizons in Psychology**. Harmondsworth: Penguin, 1966.
- WHARTON, Tim. Natural pragmatics and natural codes. **UCL Working Papers in Linguistics**, n. 13, p. 109-158, 2001.
- _____. Interjections, language and the 'showing'/'saying' continuum. **Pragmatics and Cognition**, January 2003.
- _____. **Pragmatics and the showing–saying distinction**. University College London Ph.D. Dissertation. Inédito
- WHITEN, Andrew (Ed.). **Natural theories of mind: evolution, development and simulation of everyday mindreading**. Oxford: Blackwell, 1991.
- WILSON, Deirdre. Linguistic structure and inferential communication. In: CARON, B. (Ed.). **Proceedings of the 16th International Congress of Linguists** (Paris, 20-25 jul. 1997). Amsterdam: Elsevier Sciences, 1998.
- _____. Relevance and relevance theory. In: WILSON, R. e KEIL, F. (Eds.) **MIT Encyclopaedia of the cognitive sciences**. Cambridge, MA: MIT Press, 1999, p. 719-722.
- _____. Metarepresentation in linguistic communication. In: SPERBER, D. (Ed.). **Metarepresentations: an interdisciplinary perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 411-448.
- _____; MATSUI, Tomoko. Recent approaches to bridging: truth, coherence, relevance. In: TOVAR DE BUSTOS, J.; CHARAUDEAU, P.; ALCONCHEL J.; IGLESIAS RECUERO, S.; LOPEZ ALONSO, C. (Eds.). **Lengua, discurso, texto**. Madrid: Visor Libros, 2000. v. 1., p. 103-132.
- _____; SPERBER, Dan. On Grice's theory of conversation. In: WERTH, P. (Ed.). **Conversation and discourse**. London: Croom Helm, 1981. p. 155-78. [Reimpr. In: KASHER, A. (Ed.). 1998. vol. IV, p. 347-68.]
- _____; _____. Pragmatics and modularity. **Chicago Linguistic Society 22, Parasession on Pragmatics and Grammatical Theory**, 1986. p. 68-74. [Reimpr. In: DAVIS, S. (Ed.). 1991, p. 583-95.]
- _____; _____. Mood and the analysis of non-declarative sentences. In: DANCY, J.; MORAVCSIK, J.; TAYLOR, C. (Eds.). **Human agency: language, duty and value**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1988. p. 77-101. [Reimpr. KASHER, A. (Ed.). 1998. v. II, p. 262-289.]
- _____; _____. On verbal irony. **Lingua**, n. 87, p. 53-76, 1992.

_____; _____. Linguistic form and relevance. **Lingua**, n. 90, p. 1-25, 1993.

_____; _____. Pragmatics and time. In: CARSTON, R.; UCHIDA, S. (Eds.). 1998. p. 1-22.

_____; _____. Truthfulness and relevance. **Mind**, n. 111, p. 583-632, 2002.

WINNER, Ellen. **The point of words: children's understanding of metaphor and irony.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.

(Texto republicado – sem data de tramitação.)

Title: Relevance Theory

Author: Deirdre Wilson e Dan Sperber

Abstract: Relevance theory's central claim is that our expectations of relevance are precise and predictable enough to guide the listener toward the meaning of the speaker. The goal in this article is to explain in cognitively realistic terms to what such expectations are equivalent, and how they can contribute to an empirically plausible approach to understanding. For such, the main assumptions of the current version of the theory are outlined, and some of their implications are discussed.

Keywords: pragmatics; communication; cognition; relevance theory.

Titre: Théorie de la Pertinence

Auteur: Deirdre Wilson e Dan Sperber

Résumé: L'assertion centrale dans la Théorie de la Pertinence est celle dont les attentes de relevance sont précises et suffisamment prévisibles pour guider l'auditeur dans la direction du signifié de celui qui parle. Dans cet article, l'objectif est celui d'expliquer, dans des termes cognitivement réalistes, à quoi ces attentes équivalent et comment elles peuvent contribuer à un abordage empiriquement plausible de compréhension. Poursuivant ce but, on esquisse les principales suppositions de la version actuelle de la théorie et on en discute quelques-unes de ses implications.

Mots-clés: pragmatique; communication; cognition; Théorie de la Pertinence.

Título: Teoría de la relevancia

Autor: Deirdre Wilson e Dan Sperber

Resumen: La afirmación central de la Teoría de la Relevancia es aquella que considera las expectativas de relevancia lo suficientemente precisas y previsibles para guiar al oyente rumbo al significado del hablante. El objeto de este artículo es explicar, en términos cognoscitivamente realísticos, las equivalencias de esas expectativas y cómo ellas pueden contribuir al abordaje empíricamente plausible de comprensión. Para tal propósito, se trazan las principales suposiciones de la versión actual de la teoría y se discuten algunas de sus implicaciones.

Palabras-clave: pragmática; comunicación; cognición; teoría de la relevancia.